

SERVIÇO SOCIAL

é notícia

INFORMATIVO ANUAL DO
CONJUNTO CFESS-CRESS
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

>>
Edição nº4 / Ano 4
Brasília (DF), maio de 2018



Nosso endereço SCS Quadra 02,
Bloco C, Edifício Serra Dourada,
Salas 312/318. Brasília - DF
CEP 70300-902

NOSSA ESCOLHA É A RESISTÊNCIA

Em uma conjuntura antidemocrática e de insistentes ataques aos direitos sociais de toda a classe trabalhadora, a palavra de ordem do Dia do/a Assistente Social 2018 é resistência!
páginas 4 e 5

LEIA TAMBÉM

>> Conselhos Federal e Regionais têm importante papel no fortalecimento do Serviço Social brasileiro
(p.12 e 13)

>> Conservadorismo e práticas profissionais antiéticas rondam o cotidiano de assistentes sociais
(p.6 e 7)

>> Seminários debatem saúde mental, assistência social, assistência estudantil e muito mais. Participe!
(p.36)

>> Confira os debates e ações que os Regionais e Seccional de Base vêm realizando pelo Brasil!
(p.18 a 35)

RACISMO PRECISAMOS ROMPER, COMBATER E DENUNCIAR

páginas 16 e 17

O CFESS lança, em 2018, a quarta edição do **informativo Serviço Social é Notícia**, organizado pela nova gestão da entidade. É de batalhas que se vive a vida, que assumiu para o triênio 2017-2020. Com grandes desafios, a gestão assume em meio a uma conjuntura de corte de direitos da classe trabalhadora, regressão de políticas públicas, criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, extermínio da juventude pobre e negra, assassinatos de LGBTs, além da grave crise econômica e do alto desemprego que assola o país, incluindo-se os/as assistentes sociais.

A gestão do CFESS convida assistentes sociais de todo o Brasil a refletir sobre uma série de assuntos que dizem respeito à atuação profissional da categoria. O tema do Dia do/a Assistente Social 2018 convoca à reflexão sobre a escolha do Serviço Social brasileiro pela resistência. Resistência contra essa conjuntura adversa, que precariza as relações de trabalho, que tira de trabalhadores e trabalhadoras os direitos conquistados, o direito à previdência, à assistência e à saúde públicas. Com a temática, a matéria especial do informativo chama a categoria para debater o papel de assistentes sociais em defesa dos direitos da população e do trabalho profissional com qualidade.

Muitas vezes assistentes sociais sentem que está difícil lutar, diante de relações e condições de trabalho precárias em vários espaços. Por isso, o CFESS defende que é preciso coletivizar essas questões, já que a categoria, assim como toda a classe trabalhadora, está vivenciando situações muito parecidas e que, para enfrentamento eficiente disso, são necessários mobilização e resistência. O isolamento só leva ao adoecimento ou à penalização dos/as trabalhadores/as com retaliações institucionais, perseguições e assédios.

Uma discussão fundamental diz respeito ao tema da Campanha de Gestão do Conjunto CFESS-CRESS 2017-2020: assistentes sociais no combate ao racismo. Aprovada no Encontro Nacional de 2017, a temática quer trazer para o debate, a existência e reprodução, em grande escala, do racismo no Brasil. Racismo que, por

sua vez, precisa ser refletido e, sobretudo, combatido.

Também nessa edição, divulgamos o 2º Seminário Nacional Trabalho do/a assistente social na Política de Assistência Social, que ocorrerá nos dias 1º e 2 de agosto de 2018 em Fortaleza (CE) e pretende reunir 1.500 pessoas, dentre assistentes sociais, estudantes e profissionais de outras áreas. A ideia é debater os retrocessos na política de assistência social, o papel e os desafios do Serviço Social na área.

Um debate importante sobre o estágio supervisionado em Serviço Social está também no informativo, que explicita, de

Muitas vezes assistentes sociais sentem que está difícil lutar, diante de relações e condições de trabalho precárias em vários espaços. Por isso, o CFESS defende que é preciso coletivizar essas questões, já que a categoria, assim como toda a classe trabalhadora, está vivenciando situações muito parecidas e que, para enfrentamento disso, é necessário mobilização e resistência.

forma nítida e didática, a importância dessa atribuição privativa de assistentes sociais, tanto para a formação, como para a concepção histórica de profissão desenvolvida pelo Conjunto CFESS-CRESS ao longo dos anos.

Este triênio contará com inúmeros eventos para os/as assistentes sociais, em diversas regiões do país. Haverá seminários sobre assistência social, comunicação, assistência estudantil, dentre muitos outros. Na página da agenda e publicações, você confere as datas programadas para cada evento e os novos

livros lançados pelo CFESS, disponíveis gratuitamente no site do Conselho.

O informativo Serviço Social é Notícia também traz uma matéria que quer debater com você, assistente social, sem preconceitos nem julgamentos, sobre o avanço do conservadorismo na sociedade e na profissão e como isso impacta na atuação da categoria.

A comunicação também está na pauta, com uma matéria especial sobre a acessibilidade. O CFESS mostra como o debate está inserido no Serviço Social e as ações que o Conjunto vem fazendo, para fortalecer o acesso cada vez mais universal aos sites, publicações, eventos, na direção dos princípios da Política de Comunicação.

Outra pauta fundamental traz o papel do Serviço Social brasileiro nas relações internacionais, com entidades da categoria em outros países e com organizações mundiais de Serviço Social. No Brasil, vale destacar, os/as assistentes sociais atuam com referência em um projeto ético-político profissional, fundado em princípios e valores que possibilitam a cada profissional o enfrentamento das violações promovidas pela lógica capitalista na sociedade contemporânea. É com essa visão crítica que o Serviço Social brasileiro respalda seu diálogo em âmbito internacional.

Além disso, trazemos para os/as assistentes sociais de todo o Brasil notícias sobre os CRESS e Seccionais, pois acreditamos que o informativo Serviço Social é Notícia é de todo o Conjunto CFESS-CRESS!

Assim, cada Regional pode mostrar para a categoria, nos estados, em cada canto do Brasil, suas ações, eventos, atividades, planejamentos e debates. Justamente nesse sentido, reafirmamos a importância da comunicação com cada profissional e fortalecemos a democratização da informação com assistentes sociais de todo o país.

Desejamos a você uma boa leitura!

**Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Gestão É de batalhas que se vive a vida
(2017-2020)**



INFORMATIVO ANUAL DO CONJUNTO CFESS-CRESS

Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social

>>

Ano 4
Edição nº4
Maio 2018
Brasília (DF)

Comissão de Comunicação do CFESS >>

Lylia Rojas (coordenação), Daniela Castilho, Daniela Neves e Joseane Couri

Revisão, edição, projeto gráfico e diagramação >>

Assessoria de Comunicação do CFESS

Jornalistas responsáveis >>

Diogo Adjuto (JP-DF 7823) e Rafael Werkema (JP-MG 11732)

Tiragem >> 180 mil exemplares

Impressão >> Editora e Gráfica Qualidade

Para sugestões, comentários e críticas >>

comunicacao@cfess.org.br

Esta publicação procura adequar os textos a uma linguagem não discriminatória!

Os textos dos CRESS e Seccionais foram produzidos pelas respectivas direções, comissões de comunicação e assessorias.

O informativo foi impresso e postado em Brasília pelo CFESS, a partir das etiquetas fornecidas pelos Regionais.



Gestão É de batalhas que se vive a vida! (2017-2020)

PRESIDENTE Josiane Soares Santos (SE)

VICE-PRESIDENTE Daniela Neves (RN)

1ª SECRETÁRIA Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)

2ª SECRETÁRIA Daniela Möller (PR)

1ª TESOUREIRA Cheila Queiroz (BA)

2ª TESOUREIRA Elaine Pelaez (RJ)

CONSELHO FISCAL Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA), Francieli Piva Borsato (MS) e Mariana Furtado Arantes (MG)

SUPLENTE

Solange da Silva Moreira (RJ)

Daniela Ribeiro Castilho (PA)

Régia Prado (CE)

Magali Régis Franz (SC)

Lylia Rojas (AL)

Mauricleia Santos (SP)

Joseane Rotatori Couri (DF)

Neimy Batista da Silva (GO)

Jane de Souza Nagaoka (AM) - licenciada

NOSSO ENDEREÇO

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 02, Bloco C, Edifício Serra Dourada, Salas 312-318. Brasília - DF. CEP 70300-902

Fone: (61) 3223-1652

Fax: (61) 3223-2420

e-mail: cfess@cfess.org.br

site: www.cfess.org.br



Todos os anos, o CFESS lança publicações gratuitas, sempre disponíveis no site, no intuito de possibilitar o aprimoramento e a reflexão de assistentes sociais sobre o fazer profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Além disso, os livros, brochuras e cartilhas sempre estão ligados a temas e questões relativas ao exercício profissional. Confira as novidades e faça o download em www.cfess.org.br!

Serviço Social, Memórias e Resistências Contra a Ditadura



O livro marca a conclusão do projeto de mesmo nome e reúne relatos, imagens e material audiovisual de assistentes sociais e sua luta contra a Ditadura Civil-Militar e as histórias de violações de direitos humanos que estes sujeitos coletivos sofreram. Traz para novas gerações histórias de um período de terror vivido no país e serve também como instrumento de denúncia.

5º Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social



O livro traz os debates das mesas do evento, realizado em Belo Horizonte (MG) em novembro de 2015. A ideia foi ratificar a concepção de seguridade social historicamente defendida pela categoria: um padrão que garanta, de forma universal, o direito à educação, saúde, alimentação, trabalho, previdência social, assistência social, entre outros.

Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para reflexão

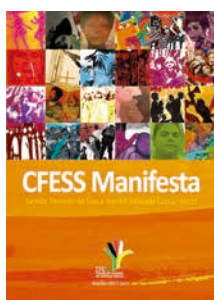


Sexto volume da série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, o documento tem a intenção de sistematizar, de forma introdutória, as informações e debates realizados ao longo dos últimos anos sobre o Serviço Social e as residências em saúde, espaços de formação e de exercício profissional da/o assistente social. Pretende também fortalecer o trabalho e a formação das/os assistentes sociais – preceptores/as, tutores/as e residentes – na/em saúde.

Seminário Nacional de Serviço Social na Saúde



O livro reúne o conteúdo das palestras ministradas no Seminário de junho de 2009, e que abordou o trabalho de assistentes sociais da área da saúde, no contexto político e social brasileiro. Reafirma a defesa da Reforma Sanitária, do Sistema Único de Saúde (SUS), dos direitos sociais, do trabalho e do Estado Democrático de Direito.



Compilado CFESS Manifesta da gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

O livro reúne os textos das edições do informativo CFESS Manifesta, produzidas ao longo da gestão Tecendo na luta a manhã desejada. A publicação traz também as ilustrações de cada edição, possibilitando um resgate histórico de temas debatidos pelo CFESS.

CFESS Manifesta – série Conjuntura e Trabalho Profissional



O informativo se consolidou como um importante instrumento de defesa dos posicionamentos políticos do Serviço Social brasileiro e como uma referência teórico-política para a categoria. A nova série do CFESS Manifesta agora reúne textos para dialogar com a categoria sobre as possibilidades de intervenção profissional diante da conjuntura e de acontecimentos que impactam diretamente no trabalho de assistentes sociais.



NOSSA ESCOLHA É A RESISTÊNCIA SOMOS CLASSE TRABALHADORA!

Ação do Dia da/o Assistente Social 2018 chama categoria a refletir sobre a regressão de direitos da população e o agravamento das condições de trabalho. Como é possível resistir?

Em tempos de ataque aos direitos da população, dentre eles direitos trabalhistas, direitos sociais, a escolha do Serviço Social brasileiro é a resistência! Em tempos de avanços da onda conservadora e reacionária, a escolha da categoria de assistentes sociais é a resistência! Em tempos de desmontes das políticas sociais, o Conjunto CFESS-CRESS e os/as profissionais do país escolhem a resistência!

É com esse mote, “Nossa escolha é a resistência: somos classe trabalhadora!”, que o Conjunto CFESS-CRESS convida a categoria de assistentes sociais a celebrar o Dia do/a Assistente Social, 15 de maio.

Um eixo central foi definido no 46º Encontro Nacional, em Brasília (DF), em 2017, e a partir disso é que se chegou na peça gráfica apresentada, que procura reforçar o alerta não só à categoria de assistentes sociais, mas a toda classe trabalhadora, de continuar resistindo e lutando contra este cenário de insistentes contrarreformas impostas pelo estado burguês que, para manter a elite no poder, se propõe a reduzir ao mínimo as políticas públicas e os direitos sociais.

“Temos insistido que ‘a nossa escolha é a resistência’, porque não podemos naturalizar os absurdos registrados diariamente na vida concreta de milhares de trabalhadores e trabalhadoras desse país, em sua maioria negra, alvo dessa ofensiva contra a qual temos reagido. São as pessoas encarceradas e mortas pela extrema militarização da vida social; são as

pessoas desempregadas que aumentam o contingente da população brasileira em situação de extrema pobreza; são aqueles sujeitos que não possuem nada a perder no combate à exploração e opressão, porque nada possuem!”, destaca a presidente do CFESS, Josiane Soares.

A peça central de divulgação traz também o texto de apoio “Em defesa dos direitos da população e do trabalho profissional com qualidade”, que reafirma o posicionamento crítico da categoria e de que lado ela tem estado nas quatro décadas, além de ressaltar a luta pelos direitos do trabalho de assistentes sociais e os impactos na qualidade dos serviços prestados à população.

“Nosso material de divulgação do Dia do/a Assistente Social busca não só valorizar o trabalho profissional, mas também dialogar e sensibilizar a categoria e toda a classe trabalhadora de que é preciso se reerguer e se aglutinar, para enfrentar este cenário de profundos ataques às nossas vidas. Que tal tarefa não é só dos movimentos sociais, dos sindicatos, das categorias, mas de toda a população. Que se há alguma chance de reverter este quadro, é com organização pela base e reorganização da classe”, explica a coordenadora da comissão de comunicação do CFESS, Lylia Rojas.

Resistência requer ação: ocupar, organizar, lutar!

“Assumir pautas coletivas que aproximem a categoria de assistentes sociais dos demais segmentos de trabalhadores e trabalhadoras e de

população usuária é uma das possibilidades de reagir e alterar essa realidade de desmandos”. A fala da assistente social Dácia Cristina Teles Costa, que ocupa atualmente a presidência do CRESS-RJ, salienta o fato de que é impossível a categoria pensar em seu trabalho profissional sem se reconhecer enquanto classe trabalhadora.

Segundo ela, é fundamental que a categoria busque se fortalecer através da participação em espaços coletivos, como são as atividades oferecidas pelos CRESS, que possibilitam debates e reflexões que potencializam a atuação profissional. “Precisamos também procurar garantir espaços de participação autogestionários por meio de projetos e propostas, que criem possibilidades de apropriações e tomadas de decisão por parte da população usuária”, completa.

Muitas vezes assistentes sociais afirmam que “é difícil resistir, diante das frágeis relações de trabalho e precárias condições em alguns espaços”. Para a presidente do CFESS, Josiane Soares, é preciso coletivizar essas questões. “Estamos vivenciando situações muito parecidas e, para enfrentamento eficiente disso, não podemos nos isolar. O isolamento só levará ao adoecimento ou à penalização das/os colegas com retaliações institucionais, perseguições e assédios”, explica.

Não à toa a palavra “escolha”, do mote criativo do Dia do/a Assistente Social, vem acompanhada do pronomes possessivo na primeira pessoa do plural. “A palavra ‘nossa’ é coletiva. Somos nós, trabalhadoras, que escolhemos resistir”, enfatiza Josiane.

Neste aspecto, Josiane destaca a importância de a categoria continuar ocupando os espaços de capacitação continuada, para ampliar “nossa capacidade de análise dessa realidade”. Além disso, ressalta outras ações, como “fazer grupos de discussão nos locais de trabalho e fomentar reuniões interdisciplinares para encaminhamento de questões profissionais e políticas; aumentar a nossa filiação sindical nos sindicatos por ramo de atividade, para dialogar com os/as demais trabalhadores/as das instituições nas quais estamos inseridos/as e, por fim, mas não menos importante, demandar, sempre que necessário, a fiscalização dos Conselhos Regionais na perspectiva de fortalecimento e defesa da profissão”.

A presidente do CRESS-RJ também segue nesta mesma linha, enfatizando que o Conjunto CFESS-CRESS e, em especial, os Regionais, podem contribuir muito nesse aspecto. “O Conselho tem buscado diversificar a agenda de atividades e os campos de atuação através do fortalecimento das ações de orientação e fiscalização, bem como das articulações políticas. Nesse cotidiano, são realizados debates e reflexões acerca da conjuntura, do trabalho, das políticas sociais e da organização política sempre relacionando com o exercício profissional e as distintas possibilidades de

resistências. Desse modo, são garantidas as realizações de debates e diálogos através de formatos variados, como as rodas de conversa e os seminários, sempre buscando relacionar com os interesses das profissionais e da natureza das demandas que são postas pela conjuntura”, explica Dácia.

Ainda segundo a assistente social, também tem sido garantida a participação e articulação em espaços que podem fortalecer a defesa das políticas públicas, universais e de qualidade através da representação em espaços como fóruns, frentes, comitês e grupos técnicos, bem como em alguns conselhos de direitos e de políticas. Essas participações possibilitam contribuir com a formulação de ações e mobilizações conjuntas na defesa das nossas bandeiras de lutas.

“A busca é pela aproximação com a categoria com o propósito de definirmos estratégias de atuação na defesa do Serviço Social brasileiro”, completa.

**Ocupar
Mobilizar
Lutar
Organização
Coletiva**

Diálogo com o Código de Ética e com a Campanha de Gestão

O tema do Dia do/a Assistente Social 2018 dialoga diretamente com o Código de Ética do/a Assistente Social, principalmente com os princípios fundamentais que afirmam a escolha por um “projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”; a “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem com a luta geral dos/as trabalhadores/as”; e com o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

Além disso, a escolha desse tema também possibilita estimular a reflexão e questionamentos quanto à invisibilidade dos debates que considerem as relações étnico-raciais e o racismo no âmbito da profissão. “Ao analisarmos as produções, pesquisas e projetos de intervenção, que temos tomado conheci-

mento, podemos afirmar que o Serviço Social ainda desconsidera essa discussão, que sem dúvida é uma das expressões da ‘questão social’”, opina Dácia, do CRESS-RJ.

“Procuramos transmitir no material deste ano essa urgência da luta e da resistência. Trouxemos retratos de pessoas que remetem à realidade da classe trabalhadora, em espaços variados. E seguindo a Política de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS, a mescla de fotografias valoriza a questão racial e de gênero, dando indícios também do que estar por vir, com a campanha que o Conjunto lançará ainda este ano: assistentes sociais no combate ao racismo”, explicou Josiane Soares.

CFESS tem atividades planejadas para a categoria

Não é possível falar de resistência no Brasil atual sem associar a isso o combate às desigualdades produzidas e reproduzidas sob a ordem do capital e o combate ao racismo, em suas diversas manifestações.

Nesse contexto, são inúmeras as liberações do Conjunto CFESS-CRESS em andamento, que fornecem elementos para dialogar com os/as assistentes sociais sobre a resistência necessária ao contexto de precarização das condições e relações de trabalho. “É importante reiterar que nosso horizonte sempre foi e continua sendo o de uma resistência coletiva e implica o chamamento a fortalecer as entidades representativas de trabalhadores/as nos diferentes espaços de trabalho. Nessa direção, temos organizado seminários sobre os distintos espaços sócio-ocupacionais, proporcionando debates e formulação de estratégias coletivas de ação”, avalia a presidente do CFESS, Josiane Soares.

E o CFESS está com atividades planejadas nessa direção. Em 2018, haverá eventos nacionais sobre a atuação profissional na área da saúde mental, da assistência social e da assistência estudantil. Em 2019, será a vez de refletir sobre os desafios do sociojurídico e, num outro evento, os direitos humanos terão centralidade. Outra ação importante do Conselho Federal é a produção de materiais orientativos (notas técnicas, edições do informativo CFESS manifesta – conjuntura e impacto no trabalho profissional; resoluções, etc), vídeos e outros subsídios à qualificação do trabalho profissional.

Uma terceira frente de atuação do CFESS é a participação em Conselhos, Frentes e Fóruns Democráticos, espaços em que é possível dialogar e resistir junto com movimentos sociais e outros sujeitos coletivos organizados da classe trabalhadora, conforme preconizado pelo próprio Código de Ética do/a Assistente Social.

AS FACES DE UMA POSTURA PROFISSIONAL

Expressões de ódio e preconceito também se reproduzem no Serviço Social. É fundamental que a categoria fique atenta, reveja posturas e, principalmente, reafirme seu compromisso com as lutas gerais da classe trabalhadora!

Dizer que o conservadorismo está presente novamente na conjuntura brasileira e mundial já não é mais novidade. No entanto, o desafio atual é de reflexão e ação crítica em diversas frentes – o que inclui uma revisão de posturas individuais em instâncias públicas e na vida privada, mas inclui, principalmente, esforços e lutas coletivas.

Diante dessa realidade, é perceptível o retorno do conservadorismo também na atuação profissional de assistentes sociais e isso não pode ser banalizado, como explica a conselheira do CFESS Daniela Möller, coordenadora da comissão de ética e direitos humanos. “A categoria vem, há pelo menos 40 anos, revendo conceitos e aspectos do seu trabalho, para ‘dar voz’ às legítimas demandas da população usuária de serviços e políticas sociais nos mais diversos espaços ocupacionais. Essas demandas não são apenas de natureza socioeconômica, mas encarnam ainda o ranço de uma formação social, política e cultural de um país avesso à democracia, à liberdade de expressão e à diversidade humana”, explica a conselheira.

Ou seja: cabe reconhecer, portanto, que, além de ser parte da classe trabalhadora e sofrer as consequências da desproteção social do trabalho – desemprego, subemprego, terceirização e outras formas de superexploração – a população atendida pelo Serviço Social vive, simultaneamente, outras dimensões de sua existência. São negros/as; índios/as; quilombolas; ribeirinhos/as; crianças; jovens; mulheres; idosos/as; deficientes; pessoas com transtornos mentais ou de comportamento; imigrantes; gays; lésbicas; bissexuais; intersexo; transgêneros; vivem em situação de rua; fazem uso de alguma substância psicoativa, entre outras condições que não são consideradas “dentro da normalidade”. Tais vivências, nas suas diversas expressões, não podem ser invisibilizadas ou negadas.

Velhos problemas superados?

Embora o Brasil sempre tenha carregado a marca de ser um país que combina o novo e o velho, o arcaico e o moderno – pois é um país capitalista forjado em bases escravocratas, sob relações autoritárias e violentas de mando e de favor, do clientelismo e do cultivo das relações privadas em detrimento da esfera pública – ao longo das últimas décadas, mesmo que de forma limitada, os avanços no campo dos direitos sociais reconhecidos em lei e a implementação de políticas sociais fez com que muita gente acreditasse que as práticas sociais fundadas no higienismo, no preconceito e na segregação social estavam sendo superadas.

Entretanto, o conservadorismo e o moralismo presentes na argumentação que justifica a redução do financiamento e implementação de vários serviços públicos e a repressão que se revitaliza nos dias atuais demonstram que essa impressão de que velhos problemas estavam sendo superados precisa ser, no mínimo, revista.

“Historicamente temos sido chamados/as a atuar pragmaticamente, com aquilo que se tem, ou com o que é possível. Essas ações se constituem, muitas vezes, como violação dos direitos humanos. Algumas delas podem ser citadas como exemplo: o acolhimento institucional de crianças e/ou adolescentes por ausência de políticas básicas para apoio à família de origem ou o internamento, em comunidades terapêuticas ou instituições psiquiátricas, de pessoas que fazem uso de substância psicoativas e que poderiam ser atendidas em um Centro de Atenção Psicossocial (Caps), mecanismo do Estado”, analisa a conselheira do CFESS Daniela Möller.

O Serviço Social tem alternativas de ação

Ela afirma também que assistentes sociais têm sido chamados/as a responsabilizar as pessoas e famílias atendidas pela sua própria condição, em um contexto de extrema desigualdade social, fazendo com que assumam responsabilidades pelos seus membros, por ausência de instituições públicas que ofereçam condições de atendimento das necessidades sociais. Em geral, são as mulheres que assumem tal encargo e são alvo das intervenções nesse sentido. Conforme é de conhecimento público, a Emenda Constitucional 95, que congela o orçamento federal por 20 anos, tenderá a intensificar a precariedade em que se encontram as políticas sociais ou a inexistência dos programas adequados.

São muitos os fatores que incidem sobre as escolhas diante da restrita liberdade de optar entre situações concretas. Mas, para exercê-la, ainda que nesses limites, é necessário conhecer essas situações e as particularidades que se expressam na diversidade humana – o que, por sua vez, requer dos/as profissionais competência teórico-metodológica, para análise crítica da realidade e formulação de estratégias que estejam sempre direcionadas ao desenvolvimento e plena expansão de todas as pessoas.

Por isso, a presidente do CFESS, Josiane Soares, faz um chamado à categoria. “Portanto, colega, seja qual for a sua inserção profissional, suas condições de trabalho ou tipo de vínculo, queremos te chamar a construir, na prática, um vi-

"A CULPA É SUA!"
"VOCÊ NÃO CONSEGUE PORQUE NÃO QUER"

goroso movimento de sintonia ético-política pela diversidade e pelo direito de escolher da-queles/as com quem trabalhamos diariamente. Isso implica rever continuamente a forma como olhamos 'o outro', repudiar qualquer expressão de ódio contra escolhas que sejam consideradas patológicas ou desviantes", destaca a conselheira.

O CFESS acredita que o papel de assistentes sociais é lutar, onde quer que estejam, pelo direito de as pessoas se expressarem, serem ouvidas e respeitadas, ainda que seus atos tenham sido decorrentes de escolhas consideradas ilegais – como é o caso de 70% da população carcerária brasileira que, sendo pobre, jovem, negra, usuária de substâncias psicoativas, responde por contravenções penais das mais diversas. Ou de adolescentes infratores/as que, nem por isso, devem ser imputados/as criminalmente antes de completarem 18 anos, conforme lhes assegura uma cláusula constitucional. Ou de mulheres que abortam, porque não querem ser mães em diversas circunstâncias e que não podem ser criminalizadas por essa escolha. Ou de moradores/as sem teto que não podem ser criminalizados/as por ter escolhido lutar pelo direito constitucional à moradia. Ou de homossexuais, travestis e transexuais, que não podem ser assassinados/as impunemente por terem expressado livremente sua orientação sexual.

São muitas as faces do conservadorismo e elas atravessam os serviços que assistentes sociais operacionalizam cotidianamente, as normas instituídas, as condicionalidades estabelecidas e, muitas vezes, colocam a categoria no lugar do "inquisitor". Aquele que vai averiguar, produzir provas e colaborar, de alguma forma, para que a questão social seja criminalizada ou socialmente invisibilizada, como poeira que se varre para baixo do tapete.

O Conjunto CFESS-CRESS não reconhece esse papel, que sempre foi demandado pelas instituições e hoje se amplia, ganhando ares modernos nos manuais e cadastros nos diversos serviços. É necessário fazer a crítica a várias dessas normativas e também fazer escolhas que subvertam toda forma de violência que ataque a diversidade da sociabilidade humana. "Convidamos você

a construir cotidianamente a profissão, pautado/a nos valores pactuados coletivamente desde 1993, quando aprovamos o código de ética profissional em vigor e, em decorrência dele, várias de nossas resoluções e publicações que podem ser importantes para superar a aparente solidão dessas escolhas" enfatiza a conselheira do CFESS Daniela Möller.

Não é por outro motivo que a pauta dos direitos humanos, associada à ética, ocupa um lugar central na agenda do Conjunto CFESS-CRESS e, no último Encontro Nacional (2017), foram aprovadas inúmeras deliberações voltadas ao debate de temas que relacionam direitos humanos e exercício profissional. Ainda neste triênio (2017-2020), a gestão É de batalhas que se vive a vida lançou uma série especial do informativo CFESS Manifesta, denominada Conjuntura e Impacto no Trabalho Profissional. O objetivo é abordar situações decorrentes do contexto de intensificação da agenda neoliberal e conservadora, suas repercussões para a vida da população e para o exercício profissional e produzir orientações para a categoria, tudo disponível no site do CFESS.



Acesse o site do CFESS, na seção Publicações, e conheça os manifestos da Série Conjuntura e Impacto no Trabalho Profissional. Você pode imprimi-lo e utilizar no seu local de trabalho, utilizá-lo no diálogo com a população usuária e muito mais!

Supervisão de estágio em Serviço Social é atribuição de assistente social

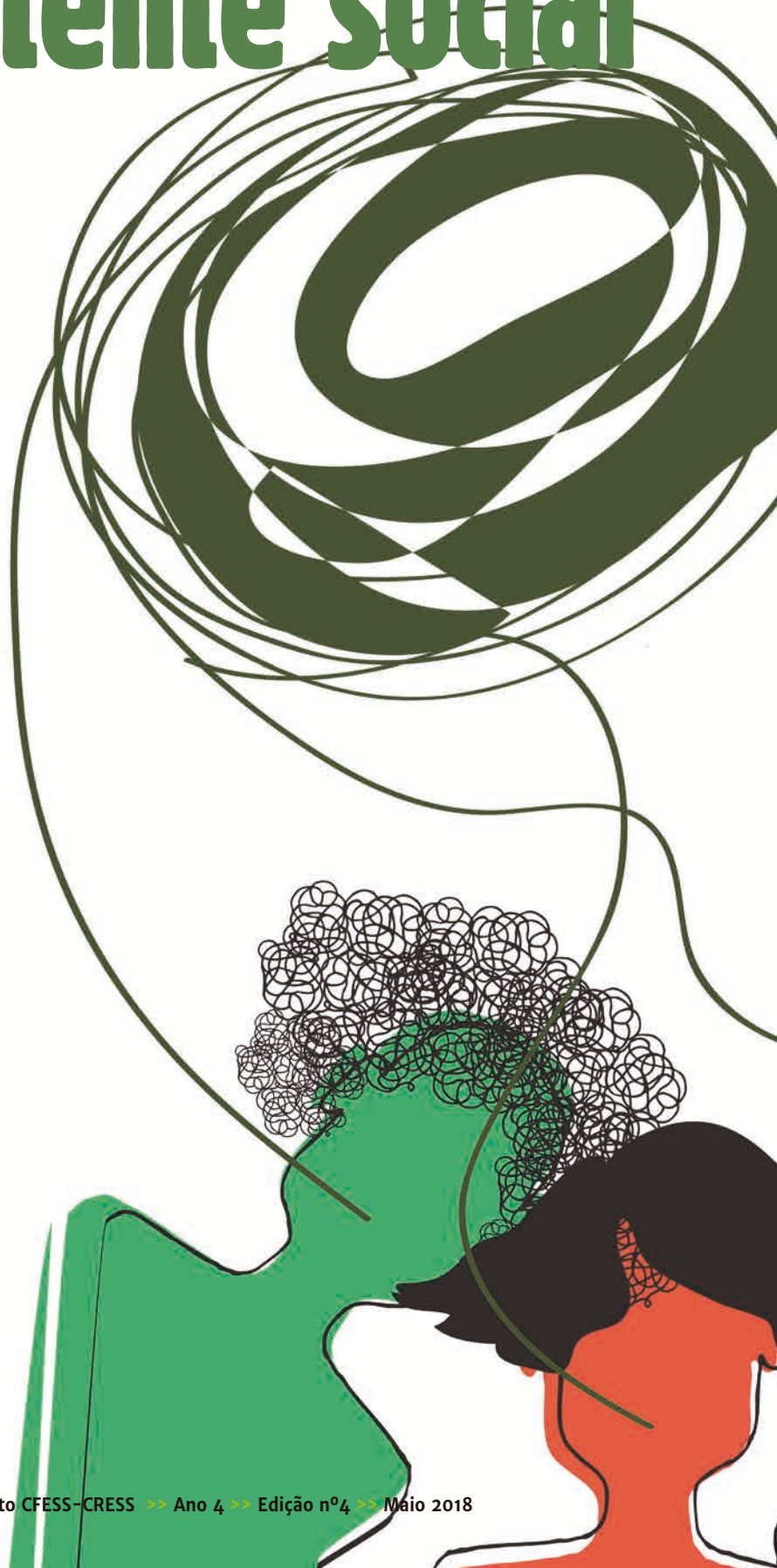
Atividade é fundamental para a qualificação do trabalho de assistentes sociais e para a formação profissional

Muitas pessoas podem estranhar quando veem um conselho de profissão regulamentada se envolvendo nos debates sobre a formação naquela área. Essa é uma realidade no Serviço Social. Existem assistentes sociais que se perguntam: o que o CFESS e o CRESS têm a ver com currículos, projetos pedagógicos e especialmente com estágio? A resposta a esse questionamento está dividida em duas partes.

A primeira delas diz respeito ao fato de que o trabalho qualificado de assistentes sociais e uma boa prestação de serviços à população e à sociedade passam, necessariamente, por uma formação igualmente de qualidade.

A segunda parte da resposta está relacionada a uma concepção de profissão historicamente fortalecida no Conjunto CFESS-CRESS, na qual se destaca importante relação entre diferentes dimensões: o trabalho e a formação. Nessa relação, os Conselhos atuam diretamente no campo do trabalho profissional, num tipo particular de especialização do trabalho, e que no Brasil é uma profissão regulamentada, o Serviço Social. “Assim, nossa intervenção no campo da formação, especialmente da graduação em Serviço Social, se justifica pela necessidade de se ter uma formação de qualidade para exercer atribuições e competências reconhecidas desse/a profissional e com compromisso social”, explica a vice-presidente do CFESS, Daniela Neves, que coordena a comissão de formação profissional da entidade.

A supervisão direta de estágio, como uma das atribuições de assistentes sociais, seja ela acadêmica ou de campo, é um importante momento de contribuição na formação de outros/as profissionais da área e no aprimoramento e atualização do trabalho. A atuação do Conjunto CFESS-CRESS no tema da supervisão de estágio tem aporte nas atribuições que estão previstas na Lei nº 8.662/1993, quando indica que a supervisão direta de estágio é atribuição privativa de assistentes sociais. Dessa forma, o Conjunto se relaciona diretamente, a partir da orientação e fiscalização da supervisão de estágio, como indica o Art. 5º: “Constituem atribuições privativas do Assistente Social: [...] VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social”. Estabelece ainda em seu Art. 14 que: “Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão”. Soma-se a esses dispositivos o parágrafo único, que destaca que “Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social, em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social”.



Como parte dessas competências, o Conjunto CFESS/CRESS desenvolve diversas ações no campo da orientação e fiscalização, que têm relação direta com a supervisão de estágio, especialmente: a) contribuindo com o debate sobre elementos técnicos e éticos envolvidos nos processos de trabalho; b) prestando diversas orientações à sua organização e regularização e c) identificando irregularidades e encaminhando processos administrativos para apuração e eventual responsabilização.

O Código de Ética do/a Assistente Social, instituído em 1993, estabelece, em seu art. 4º, alínea "e", que é vedado "permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a". Portanto, a fiscalização da atribuição privativa do/a assistente social - supervisão direta de estágio - é competência do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social nas suas respectivas jurisdições, e implica em orientação também na dimensão ética.

Um ponto importante é que a participação do Conjunto CFESS-CRESS nos debates e na regulação da supervisão direta de estágio visa também a contribuir com a discussão do trabalho profissional na supervisão, especialmente no tocante às condições éticas e técnicas, e a apoiar a formação qualificada de assistentes sociais no contexto de precarização do ensino presencial e expansão do ensino a distância (EaD), esse por si já precário.

A coordenadora da comissão de formação do CFESS, Daniela Neves reflete que o conceito de supervisão direta de estágio se aprimorou no interior do Conjunto CFESS-CRESS, especialmente com a contribuição do Conselho Federal, desde 1998. "E como parte desse acúmulo, podemos afirmar que a supervisão direta implica no acompanhamento direto, constante e sistemático de discente estagiário/a, por parte de assistente social regularmente inscrita/o no Conselho Regional, e que tenha vínculo formalizado com instituição concedente, que oferta o estágio e, por consequência, a supervisão", completa a conselheira.

Ela acrescenta que a supervisão direta de estágio se caracteriza como atividade



A campanha da Abepss "Sou assistente social e supervisiono estágio" destaca a relevância político-pedagógica e fortalece o estágio supervisionado no processo de formação e no exercício profissional em Serviço Social. Visite o site www.abepss.org.br e confira o material!



A publicação do CFESS "Meia formação não garante um direito" apresenta o debate do Conjunto CFESS-CRESS sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social, com o histórico, as determinações legais e as normativas acerca da temática. Confira no site do CFESS!

de treinamento e aprendizagem para o/a estagiário/a, na qual a/o assistente social contribui diretamente na formulação de conhecimento teórico e prático dos/as estudantes. Quando o/a assistente social reflete sobre esse conceito, associado a uma concepção democrática, ética e comprometida com uma educação de qualidade, passa a entender o estágio como um momento de aprendizagem do exercício profissional, e a importância da supervisão direta de estágio para a qualificação do trabalho da categoria.

No âmbito da formação profissional, as transformações societárias no mundo e no Brasil, juntamente com o intenso processo de desregulamentação e destruição de direitos sociais, produziram, há algum tempo, uma ampla mobilização da categoria profissional em defesa de uma formação com qualidade. Foram muitas as ações coordenadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), com a atuação das diversas unidades de formação acadêmica, comprometidas com essa formação, e com importante participação também de estudantes - especialmente por meio da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso) e diretórios e centros acadêmicos.

Outro elemento importante sobre o assunto é que a relação entre formação e trabalho permite colocar o estágio e a supervisão direta numa agenda nacional

política comum das entidades. Assim, torna-se mais um tema que exige a atuação conjunta no âmbito da formação (Abepss e Enesso) com as entidades do campo da orientação e fiscalização do trabalho (CFESS e CRESS). Dentre as deliberações do 46º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado em 2017, duas apontam essa agenda comum: 1. Debater o estágio em Serviço Social, com subsídio das Resoluções do CFESS que tratam da temática e Política Nacional de Estágio da Abepss; 2. Estimular, participar e fortalecer os Fóruns de Supervisão de Estágio. Essas deliberações se desdobram, cotidianamente, em ações concretas no CFESS e nos CRESS.

Há também uma importante campanha nacional produzida pela Abepss e lançada em novembro de 2017: "Sou Assistente Social e Supervisiono Estágio - A supervisão qualifica a formação e o trabalho". O objetivo da campanha é destacar a relevância político-pedagógica do estágio no processo de formação e no exercício profissional em Serviço Social. Para conhecer mais, acesse o site da entidade: www.abepss.org.br.

"É por esses motivos que a temática da formação está presente na pauta e nas ações do Conjunto CFESS-CRESS. Convidamos você, assistente social, a conhecer esse e outros temas da agenda do CFESS e a realizar um movimento permanente de capacitação, esse mais um compromisso ético assumido por nós", conclui Tânia Diniz, também conselheira da Comissão de Formação.

Arte: Rafael Werkema / CFESS-2018

CFESS debate o Serviço Social em âmbito internacional

Conferência Mundial será em Dublin, na Irlanda

O Serviço Social é uma profissão que tem como objetivo o comprometimento com a defesa dos direitos da classe trabalhadora. Todavia, ainda que as determinações das desigualdades sociais sejam semelhantes nos diferentes países capitalistas, existe uma diversidade da direção social que é dada à profissão em termos mundiais.

No Brasil, os/as assistentes sociais atuam com referência em um projeto ético-político profissional, fundado em princípios e valores que possibilitam a cada profissional o enfrentamento das violações promovidas pela lógica capitalista na sociedade contemporânea.

É com essa visão crítica que o Serviço Social brasileiro respalda seu diálogo em âmbito internacional, em especial com as entidades latino-americanas e caribenhas de Serviço Social, por meio do Comitê Latino-Americano e Caribenhos de Organizações Profissionais de Serviço Social (Colacats) e com a Federação Internacional de Assistentes Sociais (Fits), também conhecida como IFSW, por sua sigla em inglês. O CFESS é membro das duas organizações.

“Este é um dos objetivos do Conjunto CFESS-CRESS no âmbito das relações internacionais: contribuir com a socialização das formas e perspectivas de trabalho profissional desenvolvidas no Brasil e do conhecimento produzido por assistentes sociais brasileiros/as na América Latina e Caribe, bem como nos debates também com países de outros continentes”, explica a conselheira do CFESS Tânia Diniz, que coordena a comissão de relações internacionais.

As ações do CFESS nas relações internacionais são efetivadas na direção de refletir sobre a conjuntura atual, em especial na América Latina e Caribe, diante dos retrocessos sociais e políticos e dos governos neoliberais, que vêm aprofundando as desigualdades, os preconceitos e a violência na região.

Conferência Mundial de Serviço Social

A próxima edição da Conferência Mundial ocorrerá em Dublin, na Irlanda, entre os dias 4 e 7 de julho de 2018. O CFESS mais uma vez estará presente para fortalecer o debate sobre a profissão diante da realidade

da América Latina e Caribe, que coloca aos/as assistentes sociais da região desafios e posições distintas das que podem ser vistas nos debates e reflexões da África, Ásia, Europa, Oceania e dos Estados Unidos.

“Nossa perspectiva de atuação e de posicionamento é de um Serviço Social sintonizado com valores que reconhecem os direitos humanos na sua plenitude, que se realizam na dimensão social, econômica e política, comprometidos com a construção de uma nova sociedade, e não uma profissão que tenha por objetivo a adaptação ou integração à lógica da desigualdade capitalista”, avalia a vice-presidente do CFESS, Daniela Neves.

Nesse sentido, o CFESS convida assistentes sociais brasileiras/os a participarem do evento e se somarem aos debates. No site oficial, além da inscrição para a conferência, é possível saber sobre a cidade de Dublin, dicas de hospedagem e outras informações úteis, sobre o país e sobre o visto de entrada.

A presença do Serviço Social brasileiro nesse evento será importante, porque se somará a um momento de homenagem à professora Marilda Villela Iamamoto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pelo recebimento do prêmio “Katherine A. Kendall”. Tal prêmio foi-lhe merecidamente concedido pela Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (Aiets), em decorrência de seu compromisso com o Serviço Social, e sua intensa contribuição com o processo de formação profissional na perspectiva do projeto ético-político profissional.

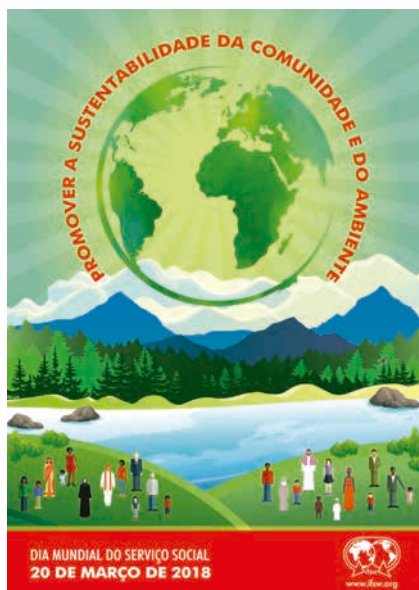
Assembleia Geral da Fits

Também acontecerá nos dias 1º e 2 de julho, em Dublin, Irlanda, a Assembleia Geral de Serviço Social 2018, da Federação Internacional de Assistentes Sociais, momento em que, entre outros temas debatidos, como a prestação de contas das atividades realizadas nos últimos dois anos, será eleita a nova direção da entidade, pelos próximos quatro anos.

Dia Mundial do Serviço Social

A Fits instituiu a celebração do Dia Mundial do Serviço Social na terceira terça-feira do mês de março em todos os anos. Em mais uma ação no âmbito das relações internacionais, o CFESS faz a divulgação da temática e do cartaz lançados pela federação a cada ano.

Para quem não conhece a data, o objetivo do CFESS na ocasião é, mais uma vez, reafirmar a importância de um diálogo internacional do Serviço Social brasileiro com profissionais de países da América Latina e do Caribe e de outras regiões continentais, na defesa do projeto ético-político e da direção social da profissão, balizada por uma teoria crítica. “O fortalecimento de nossas organizações profissionais também se coloca nesta pauta internacional, principalmente quanto à articulação com as lutas mais amplas da classe trabalhadora”, completa a conselheira do CFESS Tânia Diniz.



Cartaz da Fits para o Dia Mundial de Serviço Social

Foto: arquivo Fits

PRECISAMOS FALAR MAIS SOBRE ACESSIBILIDADE



CFESS fortalece ações para garantir acessibilidade no site, publicações e eventos

Para o Conjunto CFESS-CRESS, a comunicação tem um papel estratégico no fortalecimento dos usuários e das usuárias dos serviços e políticas sociais, na disputa pela função e imagem social da profissão e na construção de um poder popular com vistas à transformação das relações sociais. É assim que diz a Política de Comunicação do Conjunto.

Ora, se a comunicação é um direito humano, defender e construir uma comunicação com produção e acesso popular é uma batalha na direção do processo de democratização social. E para se chegar uma comunicação democrática, ampla e plural, é preciso atingir todas as pessoas, inclusive as que possuem algum tipo de deficiência. Por isso, o CFESS tem investido em fortalecer os mecanismos de acessibilidade em suas ações e instrumentos de comunicação.

É o que explica a coordenadora da comissão de comunicação do Conselho Federal, Lylia Rojas. “Além dos eventos que o CFESS realiza, sempre com a presença de intérpretes de libras (língua brasileira de sinais), temos procurado realizar produção de vídeos legendados, inserir a foto-descrição de imagens no site. Além disso, a página do CFESS disponibiliza uma ferramenta de sintetização de voz e tradução de libras, permitindo que pessoas com deficiências visuais e auditivas acessem os materiais, notícias e publicações do nosso site”, afirma a conselheira do CFESS. Quem não conhece pode testar a ferramenta, cujo link no site fica logo abaixo da logomarca do CFESS.

Assistentes sociais e políticas públicas

O CFESS, além de colocar em práticas ações relativas aos instrumentos de comunicação, têm debatido a questão da acessibilidade nos Encontros Nacionais do Conjunto e também nos seminários de

comunicação CFESS-CRESS, como o que ocorrerá neste ano, em setembro. A ideia é levar o debate ao maior número possível de assistentes sociais. Mas por que isso?

As ações no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS, e que tem sido materializadas por vários Regionais, são fundamentais para espalhar a importância do assunto no Serviço Social. Porém, para além disso, muitos assistentes sociais atuam nas diversas políticas públicas que, embora cada vez mais atacadas e reduzidas pelo governo federal, podem ser um espaço de difusão e conscientização não só da categoria, mas dos/as próprios/as usuários/as em relação à pauta da acessibilidade.

As políticas públicas são necessárias para garantir a efetivação de direitos e é por meio da participação popular e do comprometimento do poder público que é possível implantar uma política pública de acessibilidade de qualidade. Entra aí o papel de assistentes sociais que estão inseridos/as nas políticas. Estes/as podem, na comunicação com o/a usuário, orientar e facilitar, à pessoa com deficiência, que viva em um ambiente no qual possa executar suas atividades sem depender de outras pessoas, desenvolvendo sua autonomia e independência.

Ações deliberadas pela categoria

A defesa da garantia de acessibilidade no Conjunto CFESS-CRESS também está pautada no último relatório do Encontro Nacional, no eixo da comunicação, com as deliberações 5 e 6 (“Promover e aprimorar a acessibilidade – libras, áudio, áudio-descrição, inclusive de imagem – nos sites dos Conselhos e eventos do Conjunto Cfess-Cress” e “Disponibilizar o Código de Ética do/a Assistente Social e a Lei de Regulamentação da Profissão na Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos sites do Conjunto Cfess-Cress”).

Estas deliberações apontam que o tema requer aprimoramento contínuo por parte do Conjunto CFESS-CRESS. “Este um desafio constante para as gestões dos CRESS e CFESS. É fundamental que assistentes sociais que possuem algum tipo de deficiência, ou que têm envolvimento com o tema da acessibilidade, continuem contribuindo com os debates e sugerindo novas possibilidades de acesso ao conteúdo produzido pelo Conjunto”, explica Lylia Rojas.

“A luta pela acessibilidade, pelos direitos das pessoas com deficiência, está na pauta do Conjunto CFESS-CRESS e no exercício profissional de muitos/as assistentes sociais. Diante dessa realidade, reafirmamos o compromisso do CFESS pela ampliação da nossa capacidade em levar a informação para um número cada vez maior e plural de pessoas”, explica a vice-presidente do CFESS, Daniela Neves.



Conheça algumas ferramentas de acessibilidade que você encontra no site do CFESS:

- > Código de Ética em audiolivro;
- > ajuste de tamanho da fonte na tela (+ e -);
- > ajuste de contraste;
- > navegação pelo teclado (com as teclas Ctrl + Alt + 1,2,3 / Tab / Espaço / Enter);
- > sintetizador de voz para leitura de textos (inclusive PDF);
- > tradutor de libras;

Nos CRESS há exemplares do Código de Ética em braille. Entre em contato com o regional mais próximo!



Você já pensou como seria o exercício da profissão sem a devida regulamentação e fiscalização? Venha debater o significado e a importância da anuidade

O Conjunto CFESS-CRESS avançou nos últimos anos na discussão e deliberação de uma agenda política que contempla a dimensão ética e técnica do trabalho, a orientação e fiscalização do exercício profissional, o debate das atribuições e competências de assistentes sociais, da formação profissional, da defesa dos direitos e das políticas sociais. Os posicionamentos e deliberações expressam os princípios ético-políticos dessa profissão e materializam a defesa intransigente da liberdade, dos direitos humanos, da justiça social, da democracia, das condições de trabalho da categoria e o compromisso com os/as trabalhadores/as usuários/as das políticas sociais.

Expressam também a escolha coletiva por uma direção social a partir de um referencial crítico, para atuação nas expressões da questão social e compreensão da realidade social, sintonizada com as necessidades da classe trabalhadora e que tem repercussão no trabalho, na formação profissional e na organização política de assistentes sociais.

A ampliação da atuação dos Conselhos de Serviço Social, de modo a abranger questões políticas relacionadas à luta geral da classe trabalhadora, é pautada na compreensão de que a atuação de assistentes sociais não ocorre de maneira isolada, sendo influenciada pela forma como o trabalho se desenvolve na sociedade capitalista e por contradições e características do Estado e das políticas sociais. Assim, a defesa do exercício profissional e das condições de trabalho de assistentes sociais passa necessariamente pela discussão das contrarreformas do Estado, desfinanciamento das políticas sociais e precarização das relações de trabalho que atingem toda a classe trabalhadora.

“É nessa perspectiva que os CRESS

e o CFESS buscam realizar a obrigação de regular e defender o exercício da profissão do Serviço Social em todo o território nacional, mantendo a perspectiva política e os compromissos e bandeiras e luta daí advindos, materializados em ações éticas, técnicas e políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos direitos da classe trabalhadora”, explica a coordenadora da comissão administrativo-financeira do CFESS, Cheila Queiroz.

Ela afirma também que o Conjunto CFESS-CRESS compreende que tal atuação só é possível de ser concretizada em articulação com entidades e organizações da sociedade (sindicatos, movimentos sociais, conselhos de profissão, associações e demais entidades de defesa dos/as trabalhadores/as), e com a participação da categoria de assistentes sociais nas assembleias e encontros descentralizados e nacional do Conjunto, comissões temáticas, debates, seminários, atos e outras atividades. Além disso, explica a conselheira do CFESS, são necessárias, ainda, condições materiais e orçamento que possibilitem a concretização dos objetivos e ações planejadas, assim como a gestão democrática e transparente dos recursos arrecadados, sejam daqueles direcionados ao pagamento dos salários de trabalhadores/as do conselho, da estrutura física e das ações políticas.

Por que anuidade?

Enquanto autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público e com delegação do Estado para fiscalizar o trabalho e julgar eticamente eventuais violações de assistentes sociais, o CFESS e os CRESS são responsáveis pela sua própria manutenção, ou seja, arrecadação, gerenciamento e controle das receitas e

despesas. A principal fonte de recursos dos conselhos profissionais são as anuidades, contribuições sociais de natureza tributária, pagas por assistentes sociais, cujo exercício profissional, e sua necessária regulamentação e defesa, motiva a criação dos conselhos. A autonomia financeira é um pilar importante para afastar as possíveis interferências políticas do Estado e de quaisquer grupos econômicos ou particulares. A autonomia financeira fortalece uma autonomia democrática, pluralista e política, com referência no projeto ético-político profissional, de acordo com o planejamento democrático nos espaços de discussão e deliberação coletiva da categoria.

O debate sobre o pagamento de anuidades e a arrecadação é inseparável da participação de assistentes sociais nas atividades dos conselhos, em suas comissões e ações cotidianas, ocupando esse espaço efetivamente. Sabe por que esse é o principal elemento? Porque o pagamento da anuidade, apesar de ser uma obrigação tributária para se exercer uma profissão regulamentada, pode se tornar um ato fundamentalmente político, que nasce e se fortalece em um movimento histórico de reconstrução dos Conselhos de Serviço Social a partir de um processo de renovação crítica e progressista da profissão.

“Na conjuntura em que as condições de vida e trabalho das/os assistentes sociais, como parte da classe trabalhadora, seguem sendo afetadas pela lógica da fragmentação e restrição dos direitos sociais, mais do que nunca, o fortalecimento dos conselhos, por meio também do pagamento das anuidades, adquire sentido, na medida em que consolide um acúmulo de forças e uma direção ética e política que contribua, com assistentes sociais, para a



efetivação de um modo de vida que não sucumba ao individualismo, ao conservadorismo e a barbárie desses tempos”, explica a conselheira do CFESS Francieli Piva.

É importante destacar que o debate sobre a dinâmica administrativa e financeira do conselho tem uma dimensão política muito cara ao Conjunto CFESS-CRESS e está além de normatizações e obrigações legais. Estas são historicamente tratadas pela profissão em sua contradição e na perspectiva da garantia dos direitos, da materialização das funções precípuas e da agenda política do Serviço Social, segundo a conselheira do CFESS Cheila Queiroz.

Sendo um ato político, não há outro caminho para a construção da política financeira do Conjunto CFESS-CRESS que não seja de forma coletiva, democrática e participativa. Que permita garantir a efetivação das demandas e da agenda política construída pela própria categoria, e esteja de acordo com a realidade econômica e as condições objetivas de vida e trabalho dos/as assistentes sociais.

“Não é possível termos conselhos fortes, capazes de implementar suas funções precípuas de orientação e fiscalização, e materializar as bandeiras de luta na direção social que defendemos, sem recursos financeiros geridos democraticamente e sem a participação dos/as profissionais”, completa a vice-presidente do CFESS, Daniela Neves.

Gestão democrática e transparente

Incentivar e garantir a participação da categoria de base nas instâncias representativas e decisórias da profissão tem sido, nas últimas quatro décadas, um fio condutor para as ações do Conjunto CFESS-CRESS.

A estrutura dos CRESS e suas assembleias ordinárias, os Encontros Regionais Descentralizados e o Encontro Nacional CFESS-CRESS (estes dois últimos anuais), que contam com representantes das gestões e da base de assistentes sociais de todos os estados, para definição das ações (e

inclusive da anuidade), ratificam o caráter democrático e transparente das entidades representativas.

“Isso sempre possibilitou que toda a categoria pudesse estar dentro do Conjunto, analisando suas contas, debatendo e escolhendo as pautas prioritárias, sem desconsiderar as funções obrigatórias dos conselhos, de orientar, normatizar e fiscalizar a profissão em todo o país”, explica a conselheira do CFESS Elaine Pelaez.

Ela destaca ainda que, em 2013, o nível



Na seção Acesso à Informação, do site, você tem acesso a um vasto conteúdo financeiro e contábil do CFESS, como arrecadação, despesas, investimentos, atividades realizadas, contratos, licitações e muito mais!

de transparência alcançou outro patamar, com a implementação da seção Acesso à Informação no site do CFESS. Se antes o CFESS sempre divulgava informações sobre as atividades realizadas, os relatórios anuais, a prestação de contas dos gastos efetuados, a partir desta data, o Conselho passou a disponibilizar mais conteúdo com acesso facilitado, para a categoria e para toda a sociedade.

“A criação da seção no site do CFESS caminhou na direção do cumprimento da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, dando-nos mais uma importante ferramenta de gestão democrática, respeitando e dando visibi-

lidade aos princípios que regem a administração pública e ao nosso compromisso ético-político, junto à categoria de assistentes sociais e à sociedade, de socializar as informações relativas ao CFESS”, explica a vice-presidente, Daniela Neves, que já participou da Comissão de Transparência do Conselho.

O espaço no site reúne os relatórios anuais, as prestações de contas da entidade, os processos licitatórios abertos, a estrutura organizacional, os registros de repasses ou transferências de recursos financeiros e despesas, além de dados gerais para o acompanhamento de ações e respostas a perguntas mais frequentes da sociedade. Entre as principais informações disponíveis, estão:

- » Balanços e despesas: dados sobre as despesas mensais da entidade, entre eles os gastos com o quadro de trabalhadores e trabalhadoras;
- » Licitações: com editais abertos e informações sobre processos licitatórios;
- » Contratos: listagem dos contratos, convênios e ordens de serviços realizados pelo CFESS a cada ano;
- » Calendário de atividades, composto pelas reuniões, participação e organização de eventos, julgamento de recursos éticos, entre outros;
- » Auditorias realizadas no CFESS tanto de órgãos de controle interno (Comissão Especial) quanto externo (Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União).

“O site do CFESS sempre foi uma importante biblioteca para consulta da categoria e da sociedade sobre a profissão. E vem se fortalecendo também como um instrumento fundamental de acompanhamento e monitoramento do que o Conjunto CFESS-CRESS, juntamente com a categoria, fez e faz com os recursos arrecadados com a anuidade”, completa a conselheira Cheila Queiroz.

A LUTA SEGUR

Retrocessos e regressão nas políticas sociais atingem assistentes sociais e toda a classe trabalhadora, com rebatimentos no cotidiano profissional

Com uma celeridade inacreditável, as conquistas históricas de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil têm sido retiradas nos últimos dois anos. O país vive tempos de barbárie da vida social, que aniquila e arruína qualquer perspectiva de emancipação da classe trabalhadora. Tal cenário produz o agravamento das expressões da “questão social”, que rebatem no cotidiano do trabalho profissional de assistentes sociais e impõem, ao Serviço Social brasileiro, pensar nos desafios postos frente a essa conjuntura, particularmente no que se refere às conquistas na seguridade social.

A defesa da seguridade social é uma importante bandeira de luta da profissão, em especial com a concepção defendida pelo Conjunto CFESS-CRESS na Carta de Maceió (2000), que expressa a defesa de um padrão de proteção social amplo e de qualidade, com cobertura universal e que contemple diversas políticas, como educação, habitação, transporte, lazer, saúde, assistência e previdência social.

Nesse sentido, a categoria de assistentes sociais tem um compromisso com a luta pela seguridade social como política pública não contributiva, universal, sob a primazia do Estado, com qualidade assistentes sociais em todo o país têm atuado na construção da seguridade social na perspectiva ampliada, reconhecendo os avanços conquistados pela classe trabalhadora, mas também refletindo criticamente acerca dos limites impostos pelo projeto neoliberal em curso no Brasil nos diversos governos.

“É importante destacar que a atual conjuntura nos aponta para um cenário de aprofundamento da retração das políticas

públicas, por meio da privatização dos serviços de saúde e da previdência social e de ajustes fiscais. Os severos cortes de recursos públicos impetrados pelo governo ilegítimo de Michel Temer têm aprofundado o processo de precarização da oferta dos serviços prestados à população, bem como as condições de trabalho de profissionais que atuam nessas políticas”, explica a conselheira do CFESS Elaine Pelaez, coordenadora da comissão de seguridade social.

Cortes na assistência social

Em relação à política de assistência social, cabe lembrar que o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, vem desrespeitando a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas/1993 e suas alterações na Lei nº 12.435/2011) e o processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), fruto de luta e resistência dos movimentos sociais, entidades, sindicatos, partidos políticos e conselhos de classe, entre eles o Conjunto CFESS-CRESS.

A conselheira do CFESS Régia Prado explica que o governo Temer privilegia o enfrentamento da pobreza com programas fragmentados e desvinculados da totalidade dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas), na ótica de responsabilização das famílias pela sua própria condição de pobreza, como é o caso do Programa Criança Feliz. Segundo ela, a condução do Ministério do Desenvolvimento Social mostra nitidamente que o Estado atua, frente às expressões da “questão social”, pela continuidade e implantação de programas e ações focalistas, seletivas, pontuais, pulverizadas, descentralizadas e distantes da arena dos direitos sociais, que primam pela universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços.



PELA IDADE

Saúde e previdência também sofrem regressões

O retrocesso não para por aí. Com relação à saúde, o contexto também se apresenta regressivo, pois tem favorecido a privatização, por meio da transferência da gestão pública para organizações sociais (OS), fundações estatais de direito privado e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Assim, retira-se do Estado sua função na gestão e mantém-se o financiamento público, de modo a favorecer a destinação do fundo público para o setor privado. O resultado tem sido a ruína dos serviços públicos disponibilizados à população, a precarização, de forma mais intensa, das condições de trabalho, a redução dos concursos públicos estatutários e o estímulo às terceirizações.

Na previdência social, o ataque também é voraz, com a proposta de “contrarreforma”. Se aprovada, ela resultará, para milhões de trabalhadores/as, no fim do direito à aposentadoria e outros benefícios previdenciários. O governo, também por meio do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), tem operado medidas restritivas administrativas de acesso e cessação dos benefícios previdenciários e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A intenção é a restrição de direitos, por meio da criação de condicionalidades que dificultam o acesso de trabalhadores/as, reconfiguração de benefícios, restrição dos valores e do tempo de utilização e a injeção de recursos públicos nos planos de previdência complementar, seguindo a lógica mercadológica dos governos anteriores, porém em um patamar mais destrutivo.

“Além disso, o governo ilegítimo aciona o Exército e a militarização, para o enfrentamento das expressões da ‘questão social’, com o objetivo de atingir a população negra e pobre das periferias, público majoritário da assistência social.

Essa ação fortalece o conservadorismo, viola gravemente os direitos humanos, criminaliza a pobreza e lutas sociais”, enfatiza a conselheira Elaine Pelaez.

Nesse contexto, completa Pelaez, “vale também denunciar a postura autoritária e antidemocrática do ministro Osmar Terra em relação aos mecanismos de controle social, na medida em que não garante as

condições necessárias para o deslocamento da sociedade civil em participar das reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), como ocorreu na plenária de fevereiro, desrespeitando a participação social na construção e fiscalização das políticas públicas”.

Por fim, um fato grave e que precisa ser citado é o aprofundamento da intervenção estatal do governo Temer a serviço do mercado, por meio da reforma trabalhista aprovada em 2017. A nova legislação amplia o desemprego, a flexibilização das contratações e o rebaixamento dos salários dos/as trabalhadores/as da assistência social, bem como as condições de vida e trabalho.

Seminário debaterá tema em agosto

Para estimular a reflexão entre assistentes sociais, o Conjunto CFESS-CRESS aprovou, no 46º Encontro Nacional (2017), a realização do 2º Seminário Nacional Trabalho do/a Assistente Social na Política de Assistência Social, que se realizará em Fortaleza (CE), nos dias 1º e 2 de agosto. O objetivo é realizar um amplo debate sobre a política de assistência social a partir dos anos 1990 no Brasil, no contexto da crise do capital e as inflexões no desmonte dos direitos e impactos para o trabalho do/a assistente social.

“O CFESS e o CRESS-CE convidam a categoria e demais trabalhadores/as da assistência social para o evento, de modo a construirmos ações na defesa da assistência social como política pública, das condições de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à população”, conclama a conselheira do CFESS Régia Prado.

 **participe!**



Arte: Rafael Werkema / CFESS-2018

O ponto de partida da Campanha de Gestão assumida para o período 2017-2020 no Conjunto CFESS-CRESS é incontestável: a existência e reprodução, em grande escala, do racismo no Brasil. O pressuposto é de que, se caracterizando como parte das vivências associadas às expressões da “questão social” no país, o racismo precisa ser refletido e, sobretudo, combatido.

É o que explica a presidente do CFESS, Josiane Soares. “Queremos nos somar, de forma incisiva, às denúncias já protagonizadas pelo movimento negro em suas mais distintas organizações e também por estudos e pesquisas que demonstram, por meio de dados, como a classe trabalhadora no Brasil tem cor; como a população carcerária no Brasil tem cor; como os desempregados e população de rua no Brasil tem cor; como as ocupações mal remuneradas são destinadas ao povo negro”, explica a conselheira.

A conselheira do CFESS Mauricleia Soares acrescenta que só essas evidências já seriam suficientes para que o racismo fosse tomado como elemento central da campanha de gestão 2017-2020. “Um conjunto de entidades, que está articulado às lutas sociais mais relevantes dos últimos 40 anos no Brasil não ficará calado ante ao recrudescimento do racismo que possibilita a manutenção desses ‘velhos’ problemas, denunciados há muito tempo e também a emergência de suas novas expressões. Falamos da necessidade de visibilizar a dimensão racial num momento em que não só essas, como outras expressões do racismo, ‘ganham corpo’ na sociedade mundial”, completa ela.

No Brasil, o racismo segue firme

Na conjuntura atual, é importante destacar que a crise capitalista tem sido caracterizada por imensos retrocessos na escala de valores civilizatórios e suas tentativas de superação trazem à tona a institucionalização de atrocidades como políticas de Estado. Assim são, por exemplo, as políticas anti-imigratórias de países europeus que, na prática, induzem ao extermínio diário de refugiados/as. Sem a necessidade de ir tão longe, no Brasil mesmo, o trabalho escravo torna-se uma prática cada vez mais banalizada na produção de commodities que sustentam a economia. Entram como exemplos a extração de minérios e o corte da cana-de-açúcar.

Mas as evidências do racismo brasileiro não se restringem à economia. Também ganham expressões na vida privada e na cultura, que, de forma nenhuma, se dissociam do panorama de barbarização da vida social, que se reproduz na crise contemporânea.

São exemplos disso os crimes de intolerância contra as religiões de matriz africana, recentemente denunciadas em um país que proclama constitucionalmente a “liberdade religiosa”; a dificuldade de permanência de estudantes cotistas nas várias universidades públicas, gerando contingentes expressivos de evasão em vagas tão duramente conquistadas.

Além disso, a segregação socioespacial urbana que constrói verdadeiros guetos de acesso à diversão, lazer e cultura, onde a juventude negra não é bem-vinda “por razões de segurança”.

Isso, dentre outras manifestações individuais que cada negro/a desse país sabe descrever em riqueza de detalhes: os olhares, quando você não é considerado/a consumidor/a do shopping, os assédios dos patrões às trabalhadoras domésticas; os risos e estranhamentos às indumentárias e à estética de mulheres negras; o abandono de inúmeras crianças que ninguém quer adotar por causa da cor de sua pele; o contingente de usuários/as de drogas e portadores/as de distúrbios psíquicos.

Na opinião da conselheira do CFESS Solange Moreira, o combate ao racismo no Brasil é algo difícil de se materializar, em razão da diversidade de suas manifestações. Ela afirma que, após a abolição da escravatura, nunca se institucionalizou no Brasil um “sistema classificatório racial”, a exemplo do que ocorreu na África do Sul e nos Estados Unidos (EUA). Por aqui, ao interditar as oportunidades econômicas aos/as ex-escravos/as, as classes dominantes difundiram o falacioso “mito da democracia racial” e a “filosofia do branqueamento”, via miscigenação.

Entre outras consequências nefastas, a conselheira Solange Moreira destaca que essas ideologias, de alguma forma, levaram ao apassivamento da consciência negra que, em muitas circunstâncias, reproduz o desinteresse afetivo-sexual pelo seu próprio biotipo em busca de uma extinção progressiva

Arte: Rafael Werkema | CFESS-2018

COMBATER O RACISMO RUMPER O RACISMO DENUNCIAR O RACISMO

dessa sensação de não aceitação social da cor de sua pele, da espessura do nariz, do cabelo crespo. “A mulata passista da escola de samba é algo ‘exótico’, praticamente visto como ‘folclórico’ e tem seus dias de glória uma vez por ano, nos festejos de carnaval. No mais, só é desejável quando ofertada como mercadoria nos incrustrados e desconhecidos universos do turismo sexual. Essas ideologias criaram o mito do indivíduo ‘pardo””, analisa a conselheira do CFESS.

Mas o que a categoria tem a ver com isso?

Apesar de não haver ainda dados precisos, a observação empírica coloca o Serviço Social como uma das profissões com grande contingente não só de mulheres, mas de mulheres negras. Portanto, a autoafirmação profissional não pode ignorar mediações que passam pelos condutos do racismo no mercado de trabalho. Não se pode descolar, por exemplo, as dificuldades de valorização salarial de três variáveis: de um lado, o universo de pauperização da classe trabalhadora em geral. De outro, as determinações de gênero e raça associadas a esse perfil profissional. “Portanto, quando falamos de ‘assistentes sociais no combate ao racismo’, também estamos tratando de nossa inserção concreta na divisão sociotécnica do trabalho sob o capitalismo”, enfatiza a presidente do CFESS, Josiane Soares.

Segundo ela, pelo trajeto já percorrido até aqui, os/as assistentes sociais têm muito a contribuir no enfrentamento do racismo institucional, presente na dinâmica dos serviços que a categoria operacionaliza. E não só isso. Desde a formulação de diretrizes e linhas gerais dos planos, programas e projetos, passando pela sua execução e avaliação, o Serviço Social tem formas de incidir para visibilizar esse forte componente da população usuária.

O CFESS parte do pressuposto de que o compromisso ético com valores emancipatórios orienta a categoria a alternativas que a impedem de reproduzir quaisquer expressões do preconceito – o que inclui o preconceito racial. Assistentes sociais precisam protagonizar a revisão de regulamentos e normas de conteúdo racista que, explícita ou implicitamente, dificultem o acesso a serviços demandados pela população pobre, que, em sua maioria, é negra. Precisam tratar com equidade as demandas de “populações tradicionais”, como quilombolas e indígenas, que lutam arduamente pela legalização de seus territórios, mas também pelo reconhecimento social e cultural do seu “modo de vida”. Isso inclui a religiosidade e os costumes, que precisam ser contemplados nas políticas sociais de segurança alimentar, educação, cultura, esporte, lazer, entre outras.

Ademais, tais segmentos urbanizados e, em grande parte, “empurrados” para as favelas, precisam de espaços que proporcionem seu autorreconhecimento, que se traduz, por exemplo, em problemas de saúde comuns à população negra. Apesar de esse tema ter sido objeto de política pública regulada desde 2007, ainda é residual seu financiamento e apropriação pelos serviços.

Poderiam os/as assistentes sociais também perguntarem outras questões: de que modo essa fração da população usuária se faz representar nas instâncias de controle social? Quais as políticas existentes para promover a equidade no desempenho escolar e evitar a evasão e repetência de crianças e adolescentes

negros/as, levados/as precocemente ao mercado de trabalho? Como a categoria participa dos mecanismos de assistência estudantil que visam à permanência da juventude negra nas universidades e institutos federais? Como os/as profissionais do Serviço Social nas equipes multiprofissionais podem dar visibilidade à discriminação linguística e atitudinal que se reproduz no ordenamento das demandas institucionais?

“Acreditamos que você, assistente social, tem muito a nos dizer sobre esses e outros aspectos de seu trabalho, que tendem a reproduzir o racismo. Queremos ouvi-lo/a sobre seu trabalho e obter, como produto final dessa campanha, uma gama de relatos do trabalho de assistentes sociais no combate ao racismo”, convida Josiane Soares.



O combate ao racismo se faz todo dia! Acompanhe as novidades sobre o lançamento da campanha no site do CFESS!

GRESS debate a questão do refúgio e da migração em Mato Grosso do Sul

Segundo os autores Roberto Marinucci e Rosita Milesi (2003), pode-se afirmar que a questão do refúgio é tão antiga quanto a humanidade. Essa afirmação foi feita pelos autores há mais de uma década e remete ao organismo internacional Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), que foi criado logo após a segunda guerra mundial para prestar ajuda a milhões de pessoas deslocadas, com a finalidade de ajudá-las a encontrar um lugar para chamar de casa e recuperar a esperança no futuro. É o que explica a vice-presidente do GRESS-MS, Francisca Bezerra de Souza.

Este é o debate trazido pelo GRESS-MS. A conselheira acrescenta que, segundo a ONU, essa é “a maior crise humanitária” desde a Segunda Guerra Mundial. Todavia, devido às restrições de países como os Estados Unidos em receber refugiados, essa crise acentua-se e desloca a busca de refúgio para outras nações, como é o caso do Brasil, embora ainda em proporções mínimas, se comparado aos países europeus.

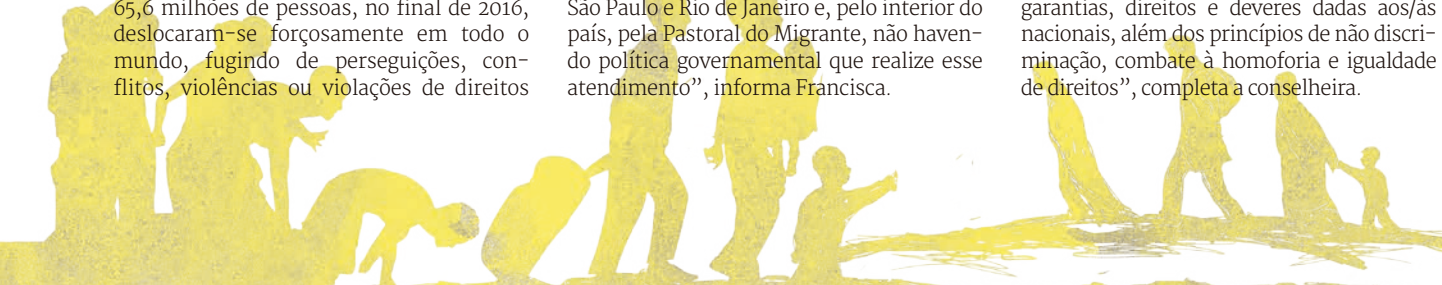
Dados do relatório *Global Trends – Forced Displacement in 2016*, apresentado pelo Acnur no dia 20 de junho de 2017 (Dia Mundial do Refugiado), confirmam que 65,6 milhões de pessoas, no final de 2016, deslocaram-se forçosamente em todo o mundo, fugindo de perseguições, conflitos, violências ou violações de direitos

humanos. Desse total, 55%, ou seja, mais da metade, são originadas de apenas três países: Síria (5,5 milhões), Afeganistão (2,5 milhões) e Sudão do Sul (1,4). Segundo a Lei 9.474/97, o Estatuto dos Refugiados, em seu art. 1º- “será reconhecido como refugiado todo o indivíduo que devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupos sociais ou opinião políticas encontram-se fora de seu país de origem e não possa e não queira acolher-se a proteção de tal país”.

A conselheira do GRESS-MS afirma ainda que o Comitê Nacional para Refugiados (Conare) foi criado para acolher e realizar o processo de reconhecimento da condição de refugiado. “Apesar de o Brasil ser signatário da Convenção de 1951, durante muito tempo o Estado brasileiro se furto em pautar a discussão sobre a temática. Da mesma forma, no âmbito do Serviço Social, essa discussão é incipiente e precisa avançar no sentido de possibilitar as discussões e capacitação aos/as profissionais, para enfrentar as questões advindas dessa demanda que é uma realidade no país. Historicamente, no Brasil, o acolhimento aos/as refugiados/as é realizado pela Cáritas Arquidiocese de São Paulo e Rio de Janeiro e, pelo interior do país, pela Pastoral do Migrante, não havendo política governamental que realize esse atendimento”, informa Francisca.

Com a demanda crescente, iniciou-se a criação de comitês regionais para acolher e encaminhar os casos emergentes nessa última década, a exemplo do Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul (Cerma/MS), criado pelo Decreto nº. 14.558/2016. Ele é integrado por instituições governamentais, acadêmicas e da sociedade civil, que são envolvidas no atendimento e na defesa dos direitos de refugiados/as, migrantes e apátridas. Portanto, é um órgão de deliberação coletiva e está vinculado à Superintendência de Direitos Humanos (SUPDH/MS), sendo o 6º comitê a ser criado no Brasil, visto que o estado se constitui porta de entrada para pessoas em condição de refúgio, por fazer fronteira com Paraguai e Bolívia.

A Nova Lei da Migração (2017) trouxe avanços e prevê a proteção aos/as apátridas, acolhida humanitária, regularização documental e manifestação política, o que não era previsto no Estatuto do Estrangeiro, pois a questão do refúgio era tratada como uma questão de segurança nacional e não como uma questão de direitos humanos. “Dessa forma, com a nova lei, migrantes, refugiados/as e apátridas devem ter as mesmas garantias, direitos e deveres dadas aos/as nacionais, além dos princípios de não discriminação, combate à homofobia e igualdade de direitos”, completa a conselheira.



GRESS-DF

Ética em Movimento: formação continuada é compromisso da gestão no DF

GRESS-GO participa de atividades em defesa da profissão

Em setembro de 2017, o GRESS-DF realizou edição do curso Ética em Movimento, conduzido pela assistente social e multiplicadora Fernanda Fernandes.

O curso teve por objetivo fortalecer o projeto ético-político profissional, propiciando o debate acerca da fundamentação teórico-metodológica da ética, e fomentar a interlocução da ética com a realidade do trabalho e formação profissional. Mais do que tratar da ética em sua dimensão legal, propôs-se uma reflexão entre ética, direitos humanos e Serviço Social, almejando-se a prevenção de infrações éticas e qualificação de assistentes sociais para compor as comissões de instrução de processos éticos.

Para isso, o curso, com 32 horas de duração, foi dividido em módulos que discutiram: ética e história, trabalho profissional, direitos humanos e instrumentos processuais. As 30 vagas foram destinadas a conselheiros/as atuais e futuros/as do GRESS-DF, supervisores/as de estágio supervisionado em Serviço Social e integrantes das comissões temáticas e de instrução do Regional, devidamente inscritos/as no Conselho.

Foram garantidas vagas para docentes da disciplina ética profissional das unidades de formação acadêmica em Serviço Social na modalidade presencial, no âmbito do Distrito Federal.

CRESS-GO

Regional investe na interiorização das ações

O Conjunto CFESS-CRESS, pautado pelas demandas políticas e profissionais com as quais a categoria tem se deparado em decorrência da expansão das políticas sociais nos municípios em anos anteriores, especialmente da política de assistência social, e cumprindo deliberação do 32º Encontro Nacional (2003), vem construindo uma proposta voltada para a interiorização das suas ações políticas e de educação permanente, por meio da criação de núcleos de base dos CRESS (Nucess).

A gestão do CRESS-GO, “Lutar sempre, temer jamais (2017-2020)”, convicta desse importante canal de articulação e de aproximação do cotidiano das/os assistentes sociais, norteada pelas Diretrizes Nacionais acerca da interiorização das ações políticas dos CRESS, intensificou esforços na busca do fortalecimento desse espaço de participação da categoria nos diversos municípios. Nos oito meses de gestão, ocorreram nove reuniões em cinco regiões diferentes de Goiás. A minuta da resolução que regulamenta a criação e funcionamento dos Nucess-GO passa por processo ampliado de revisão e em breve será publicada.

No âmbito da orientação e fiscalização do exercício profissional, o CRESS cumpriu, no último ano, uma intensa agenda de atividades, dentre as quais se destacaram o acompanhamento e notificação dos locais de trabalho em que, nas visitas de fiscalização, haviam sido detectadas irregularidades; a realização de visitas na capital e municípios da região metropolitana e do entorno de Brasília (DF); articulação com os conselhos de psicologia e enfermagem, para intervenção junto ao sistema socio-

educativo em meio fechado, decorrente de denúncia dos/as trabalhadores sobre a precarização das condições de trabalho. Essa ação resultou numa audiência pública para debater e encaminhar as demandas do sistema. Por fim, ressaltam-se ainda as ações junto aos hospitais públicos estaduais. Essas se deveram ao desmonte causado pelo processo de terceirização adotado pelo governo estadual, que atinge os/as trabalhadores/as e as/os assistentes sociais, que se deparam com situações de violação dos seus direitos e dos/as usuários/as da saúde pública.

Dia da/o Assistente Social > Nos dias 14 e 15 de maio de 2018, ocorrerá a 35ª Semana da/o Assistente Social. O tema deste ano realça a resistência como estratégia de defesa da qualidade do trabalho profissional e dos direitos da população e chama atenção a urgente necessidade de mobilização, articulação e organização da classe trabalhadora, como forma de barrar o avanço das forças conservadoras e reacionárias, alinhadas aos interesses internacionais, que apostam na restrição dos direitos sociais como saída da crise econômica.

Regimento interno > A diretoria, reunida com a categoria em assembleia geral extraordinária, em novembro de 2017, aprovou alterações no regimento interno do Regional, especialmente no art.17. Atendendo a uma deficiência apontada pela Controladoria-Geral da União (CGU), por ocasião da auditoria realizada no CRESS em 2016, buscou-se estabelecer um equilíbrio entre a correlação de trabalhadores/as do CRESS



Fotos: acervo CRESS-GO



Cada vez mais a categoria tem aderido aos Nucess

e o quantitativo de profissionais inscritos/as, criando um parâmetro para ampliação de vagas. A ideia é suprir as demandas administrativas do CRESS, com previsão de concurso público para provimento de cargos ainda em 2018, o que refletirá na melhor prestação de serviços à categoria.

Outro item importante foi a inclusão do inciso 10 no art. 19, que acresceu às competências da assembleia geral a de instituir fundo ou reserva, definir sua destinação e percentual. Com isso, almeja-se uma gestão cada vez mais participativa e transparente.

Marx em pauta > Em 2018, completam-se sete anos do grupo de estudos Café com Marx, espaço criado no CRESS para aprofundar os estudos da produção teórica de Marx, como fundamento para a apreensão das estruturas do modo de ser da sociabilidade burguesa e, a partir daí, para buscar uma competência profissional que possibilite indicar rumos e estratégias na defesa da emancipação humana. O grupo realiza encontros mensais, no último sábado de cada mês, das 8 às 12h. A participação é aberta para a categoria, estudantes e professores/as. Saiba mais no site do CRESS.

A participação de profissionais de diferentes espaços sócio-ocupacionais enriqueceu o debate, que foi mediado por discussões teóricas, análises filmicas e discussão de situações concretas, relacionadas ao cotidiano profissional. “Foi um importante momento de troca de saberes, e aprofundamento da discussão ética como construção histórica e mediação da práxis”, afirma a presidente do CRESS-DF, Rafaella Lobão Barroso.

Ela acrescenta que, orientado por uma análise crítica da realidade, o curso Ética em Movimento foi importante para fortalecer o debate sobre projeto ético-político do Serviço Social em seus diversos contextos sócio-ocupacionais. A conselheira do CRESS-DF explica que o evento foi também uma oportunidade de aproximação da categoria com o Regional, possibilitando a articulação de profissionais para a composição das comissões de instrução de processos éticos.

A grande procura pelo curso e rápido preenchimento das vagas demonstra o interesse e necessidade da multiplicação de outras edições, além do permanente aprofundamento do debate sobre a ética profissional. “A gestão ‘Florescer na Luta’ reafirma o compromisso com a formação continuada como meio de fortalecimento do trabalho profissional crítico, qualificado e comprometido com a classe trabalhadora”, completa Rafaella.



Foto: acervo CRESS-DF

Assistentes sociais de diferentes áreas participaram do Ética em Movimento do DF

CRESS investe em eventos para valorizar a profissão e qualificar o trabalho profissional

Encontros possibilitam a troca de experiência da categoria em várias áreas de atuação

A doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Tânia Dhamer, ministrou a oficina Direitos e Trabalho Profissional: Desafios Atuais para a Intervenção do/a Assistente Social no Campo da Ética e dos Direitos Humanos, promovida pelo CRESS-MT em setembro de 2017 em Cuiabá. O objetivo do evento foi debater o trabalho profissional no sociojurídico, visando a abordar aspectos sobre a execução penal e o Serviço Social na perspectiva da ética e dos direitos humanos.

Segundo a especialista, apesar de assistentes sociais terem obtido conquistas significativas na ocupação do espaço sociojurídico, ele ainda é muito diminuto e limitado, fazendo-se necessária uma articulação para que de forma conjunta e democrática, se lute por ampliar o mercado de trabalho na área e se desmistifique a temática, coibindo os processos discriminatórios na sociedade.

Outro evento promovido pelo CRESS neste primeiro ano de gestão foi a palestra com o professor de filosofia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Ivo Tonet, abordou emancipação política, emancipação humana e exercício profissional, em outubro de 2017. O evento contou com cerca de 80 assistentes sociais e estudantes no auditório da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá.

Já no âmbito de outras ações, o CRESS e o Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso (CRP-MT) entregaram, também em outubro de 2017, ao vice-diretor-geral do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Eduardo Campos, ofício sobre a necessidade de concurso público para as duas categorias e as implicações advindas com a Lei nº 13.431/2017, que dispõe sobre a necessidade do depoimento sem dano no âmbito do Judiciário. Segundo dados obtidos pelo CRESS, quase 90% dos/as profissionais que atendem ao Judiciário são credenciados/as. Até novembro de 2017 o TJMT possuía 127 contratos via credenciamento em 72 comarcas. Já o quadro de efetivos/as está em torno de 30, e algumas profissionais já estão em vias de aposentadoria.

Para a doutora em Serviço Social e assistente social aposentada do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), Elisabete Borgianni, que participou da reunião, o órgão tem um trabalho fundamental para a vida das pessoas. “É dentro dele que se decidem vidas e destinos das pessoas. São várias questões em que o TJ tem uma responsabilidade muito grande e o/a magistrado/a



Foto: acervo CRESS-MT

As diversas atividades da gestão do CRESS-MT reúnem assistentes sociais de todas as partes do estado

só pode atuar em casos como esse se puder contar com profissionais especializados/as, que vão subsidiar a decisão desse juiz”.

Na reunião, outro ponto abordado foi a Lei 13.431/17, que tem como método o depoimento especial, nomeado anteriormente “depoimento sem dano”, uma prática que vem sendo adotada em casos de violência sexual de crianças e adolescentes e que visa a reduzir traumas dos/as jovens e testemunhas de violência sexual durante a produção de provas judiciais. No depoimento, a vítima e o réu não ficam frente a frente. Segundo Borgianni, a lei não é protetiva à criança. “É uma lei mais preocupada em extrair a verdade da boca da criança, fazendo com que ela relembre um fato traumático, sem respeitar o tempo dela. Temos todos os argumentos científicos, inclusive o mal que faz isso para uma criança. A lei parece protetiva, mas não é”, argumentou a assistente social.

Outros eventos > O CRESS-MT também realizou a mesa de discussão Ética, Exercício Profissional no Sociojurídico e o Depoimento Especial de crianças e adolescentes, no auditório do Instituto de Saúde Coletiva, da Universidade Federal de Cuiabá (UFMT). Cerca de 160 pessoas, dentre assistentes sociais e estudantes, participaram do evento, que contou com as palestras de Elisabete Borgianni e da assistente social do TJSP Maíla Rezende Vilela Luiz.

No âmbito da assistência social, o CRESS-MT participa ativamente do Fórum Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (Fetsuas). A conselheira presidente do Regional, Andréia Amorim, que esteve coordenadora do Fetsuas-MT até setembro de 2017, destaca o quanto tem

sido importante a presença do CRESS neste espaço. “Mantemos estratégias de enfrentamento ao desmonte do Suas, na defesa do plano de lutas do fórum estadual e sua carta de princípios. Nesta, tem-se o constante aprimoramento da gestão, qualificação dos serviços, estruturação da gestão de trabalho, garantia de equipes de referência na proteção social básica e especial, condizente com a NOB/RH”, destaca a conselheira.

O CRESS-MT realizou ainda, no segundo semestre de 2017, o projeto Cofé em Ação nos municípios de Primavera do Leste e Barra do Garças, e também um Ciclo de Debates em Tangará da Serra, reunindo assistentes sociais dos municípios sede e região. A iniciativa teve o propósito de intensificar as ações de orientação do Regional, buscando maior aproximação com a categoria e dando maior visibilidade à profissão. Participaram das atividades profissionais de diferentes espaços sócio-ocupacionais da região, no intuito de fortalecer o exercício profissional e pensar o Serviço Social frente aos desafios postos na atual conjuntura, cujo cenário de desmonte das políticas públicas impõe a busca de estratégias de enfrentamento.

Com isso, o CRESS-MT quer reafirmar o posicionamento profissional em defesa de princípios democráticos, explica a agente fiscal Daniella Campos. “Nessa direção, os encontros contribuíram com o processo de aprimoramento profissional, bem como com o fortalecimento organizativo da categoria, levantando, assim, as bandeiras de luta norteadas pelos fundamentos da ética, e vislumbrando a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social”, conclui a profissional.

CRESS-BA



Foto: Iajima Silena/CRESS-BA

Assembleia no CRESS-BA: mobilização e participação da categoria fortalecem o Conselho e a profissão

Mobilização e articulação marcam a atuação do CRESS na Bahia

Em 2017, a conjuntura política e econômica desafiou a classe trabalhadora brasileira e suas organizações representativas para maior articulação em torno da defesa das políticas públicas e dos direitos sociais e humanos. O CRESS-BA historicamente reafirma seu posicionamento político junto ao Conjunto CFESS-CRESS e outras organizações, para o enfrentamento do neoliberalismo e em defesa da democratização da sociedade.

Um dos aspectos que marcam a postura combativa do CRESS é o compromisso em realizar mobilização, articulação e organização em conjunto com a classe trabalhadora, na agenda de luta política, regional e nacional.

Nesse sentido, a gestão “Quebrando Pedras e Plantando Flores”, por meio das comissões e grupos de trabalhos (GTs), realizou aproximadamente 100 atividades, entre reuniões, rodas de conversa, oficinas, seminários e encontros. Compõem as frentes de organização de atuação do CRESS-BA as comissões: administrativo-financeira, inscrição, assistência social, previdência social, saúde, comunicação, direito à cidade, trabalho e formação profissional, sociojurídica, educação, gênero/etnia, interiorização, fiscalização e orientação, ética, inadiplência e permanente de licitação. Além disso, há os GTs 15 de maio de 2018, Gestão do Trabalho e Aquisição do Imóvel.

No último ano, ocorreram duas assembleias gerais da categoria, que definiram a delegação para os Encontros Descentralizado e Encontro Nacional do CFESS-CRESS, bem como a anuidade de 2018. O Regional esteve presente ao Encontro Nacional da Fiscalização, das Assessorias Jurídicas e Administrativo-Financeiro, espaços fundamentais para a organização, planejamento e fortalecimento de suas ações.

Com a intensificação do trabalho do setor de fiscalização e orientação, por meio de visitas e ações junto às instituições de ensino, foram descobertas ofertas

de cursos de extensão que emitem diploma de graduação em Serviço Social de forma irregular. Essa situação levou o CRESS-BA a elaborar e divulgar, pelo site, uma recomendação à categoria e à sociedade civil.

Importante destacar a interiorização das atividades do CRESS-BA, grande desafio diante da extensão territorial do estado e do crescente número de assistentes sociais inscritas/os. Estão ativos 17 Núcleos de Assistentes Sociais (Nucess), que realizam atividades diversas, incluindo as comemorações do Dia da/o Assistente Social em suas regiões e atuam no sentido de referenciar o papel da entidade junto à categoria e na defesa do projeto ético-político profissional.

Em outubro, o CRESS realizou uma reunião ampliada da interiorização para repasse das atividades, planejamento de ações para 2018, discussão sobre os documentos do Conjunto CFESS-CRESS que norteiam os núcleos e recomendações para sua organização.

O CRESS tem participado das mobilizações de rua em defesa da democracia, como “Fora Temer”, em defesa dos direitos e da previdência social; Marcha do Empoderamento Crespo, que pauta o enfrentamento ao racismo, Mudança do Garcia – espaço de manifestação política do carnaval e em conselhos de direitos, como o da pessoa idosa, LGBT, assistência social.

É importante reafirmar socialmente o lugar do Serviço Social baiano, frente aos ataques aos direitos da população brasileira e ao neoliberalismo que mercantiliza a vida e precariza o trabalho. Assim, a comemoração do dia 15 de maio de 2018 também é um convite à participação da categoria na construção das ações do CRESS-BA. É preciso amplificar as vozes das/os que sonham e lutam por um projeto societário que aponte para universalização de direitos e para o fim das injustiças sociais.

Acompanhe nossas atividades através do Facebook, site e participe dos espaços do CRESS-BA!

CRESS-PI

CRESS vai para as ruas em defesa da Seguridade Social, espaço de trabalho da categoria

O dia 19 de fevereiro foi marcado por uma forte mobilização nacional em todo o país. Entidades classistas, movimentos sociais, estudantis e populares foram protagonistas de mais um dia de lutas contra a reforma da previdência. O Serviço Social esteve presente, construindo e fortalecendo essa luta.

No Piauí, centenas de pessoas foram às ruas para barrar o avanço da tramitação da reforma (que na verdade é uma contrarreforma previdenciária) do governo Temer, que representará mais um ataque aos direitos sociais, duramente conquistados pela sociedade brasileira. O Serviço Social é protagonista da construção e defesa da previdência social, participando dos processos coletivos que culminaram na consagração da seguridade social.

Recentemente o Serviço Social sofreu ameaças dentro da própria estrutura do INSS. Entretanto, o governo federal voltou atrás após pressão da sociedade e do Conjunto CFESS-CRESS.

A contrarreforma da previdência social, na mesma direção da agenda geral de ataques a direitos, atingirá em cheio não apenas o espaço ocupacional do Serviço Social no INSS, mas representará um golpe letal na vida de milhões de brasileiras/os, de modo particular na população trabalhadora e pobre.

Impossibilitadas/os do acesso à previdência social, em especial do acesso à aposentadoria, esse universo de desassistidos/as serão deslocados/as para a política de assistência social, já focalizada nos/as mais pobres.

Esse cenário temeroso é comprovado por inúmeras pesquisas, que há muito derrubam a tese da farsa do déficit da previdência. A campanha midiática do governo, mentindo descaradamente, para fazer a população se convencer do contrário, tem sido intensa.

O CRESS-PI segue firme na luta em defesa da seguridade e da previdência social! Nenhum direito a menos! Nada a Temer, Lutar e Não Retroceder!



Foto: acervo CRESS-PI

CRESS no protesto contra a reforma da previdência

Gestão reafirma seu compromisso com a categoria

Foto: Paulo Lago/CRESS-PE

O CRESS-PE, por meio da gestão “Semear Sonhos, Colher a Liberdade (2017-2020)”, vem reafirmar seu compromisso de defender a qualidade do exercício profissional do/a assistente social e de se somar às lutas da classe trabalhadora, com posicionamento político e crítico.

A nova diretoria assumiu a gestão em tempos de golpe e de ataque brutal à democracia. É nesse sentido que o CRESS se compromete ainda mais com a defesa das liberdades democráticas e dos direitos humanos. As contrarreformas vêm dando andamento ao aniquilamento dos direitos trabalhistas e à destruição da seguridade social, sob um discurso falacioso e sem constrangimento de um governo golpista e ilegítimo e de uma mídia que manipula cotidianamente a população contra os/as trabalhadores/as deste país.

Com isso, o CRESS-PE tem assumido a responsabilidade de contribuir com a solidez político-organizativa e classista das entidades representativas, somando-se expressivamente aos espaços de luta, e aos movimentos populares representantes da classe trabalhadora.

Administrativo-financeiro > Um grande desafio é a garantia do equilíbrio da gestão administrativa e financeira do CRESS. Nesse sentido, a gestão definiu como ação estratégica a realização da Campanha de Enfrentamento à Inadimplência, que trouxe resultados significativos, com muitas/os assistentes sociais aderindo ao acordo para parcelamento dos débitos em atraso.

Fiscalização > O CRESS realizou visitas a diversos espaços de trabalho, unidades de ensino e participação nos Fóruns Internos do Estágio. Destacam-se: a elaboração de pa-

recer técnico sobre as atribuições dos/as profissionais de Serviço Social da saúde e a implantação de uma Política de Transporte Sanitário Eletivo no município de Jaboatão dos Guararapes; as ações de fiscalização dos editais de seleções simplificadas, concursos e outros certames e a participação em ações e processos de investigação acerca do funcionamento de cursos irregulares no estado.

Eventos e comissões > A nova gestão promoveu várias atividades para aprimoramento da categoria, dentre as quais estão as edições do Café no CRESS sobre Contrarreforma da Previdência Social e o Desmonte da Política de Assistência Social no Brasil, e a parceria para realização do Encontro Pernambucano sobre Trabalho Social e Regularização Fundiária. Além disso, organizou o debate sobre Assistentes Sociais na luta contra o Racismo, a palestra sobre A Ideologia da Velhice, além dos cursos de Laudos e Pareceres e Gerontologia Social.

A comissão de saúde organizou o seminário Processos Formativos em Serviço Social: Residência Multiprofissional em Saúde. As discussões problematizaram o modelo de funcionamento das residências, a extensa carga horária e a negação dos direitos trabalhistas.

Foi formada recentemente uma comissão de seguridade social, novidade no CRESS.

Com os seus canais e instrumentos de comunicação cada vez mais fortalecidos, o CRESS-PE ampliou o número de visuali-



CRESS participou ativamente das mobilizações em defesa da classe trabalhadora

zações à sua página virtual, atingindo mais de 35 mil acessos em 2017. Além disso, conta com a edição periódica do seu boletim informativo em formato digital. Com cerca de 10 mil usuários/as cadastrados/as, a página institucional do CRESS no Facebook é um forte instrumento de acesso à informação e de contato com a base. Nessa mesma tendência, a conta do Instagram, a reativação do canal do Youtube e a criação de um grupo de envio de notícias, via aplicativo Whatsapp, somam-se ao conjunto das estratégias de uso das mídias sociais para estreitar o diálogo com a categoria.

A comissão de interiorização é pioneira no CRESS a partir dessa gestão e tem por objetivo fortalecer a articulação e as ações políticas e administrativas junto àqueles/as profissionais que se encontram distante da capital. Em 2017, já foram realizadas atividades no Agreste Meridional, por meio do evento CRESS na Estrada, com profissionais e estudantes dos municípios de Sanharó e Belo Jardim. As ações terão continuidade em todas as regiões. Outra importante conquista foi o assento assumido pelo CRESS no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Bezerros, contando com a representação de assistentes sociais interioranas.

CRESS-AL

CRESS prepara ações para se aproximar ainda mais da categoria

A gestão do CRESS-AL, “A luta nos movimenta”, a resistência nos fortalece (2017-2020), iniciou suas atividades, priorizando o compromisso ético e político de buscar maior aproximação entre a categoria e o Conselho Regional. Foram realizadas, no ano 2017, duas assembleias ordinárias com a categoria: a primeira antecedendo o Encontro Descentralizado do Conjunto CFESS-CRESS, o que possibilitou a discussão dos eixos e a socialização, para a base, do que vem sendo pauta de discussão e luta para a categoria de assistentes sociais.

A gestão garantiu ainda a participação de três assistentes sociais da base no Encontro Descentralizado Nordeste, além de agente fiscal e seis conselheiros/as. Na segunda assembleia ordinária, a categoria pôde opinar democraticamente acerca do valor da anuidade para o ano de 2018 e foram apresentadas também propostas da gestão, tais como: ampliar as ações

de fiscalização do exercício profissional, com base na Política Nacional de Fiscalização (PNF), numa perspectiva política e pedagógica, que assegure as condições técnicas e éticas necessárias ao exercício profissional, e promover ações formativas e descentralizadas, em parceria com as unidades de ensino e com a diretoria regional da Abepss.

A gestão do CRESS-AL entende que a formação é também uma responsabilidade do conjunto da categoria e dos indivíduos sociais, a partir de diferentes estratégias (cursos, seminários, oficinas, palestras, rodas de conversa, entre outras). As/os profissionais presentes às assembleias foram convidadas/os a participar das comissões do conselho. Para o Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS realizado em setembro de 2017, em Brasília (DF), a gestão do CRESS deliberou por garantir a participação de três profissionais da base,

Formação sobre o combate ao preconceito

Coleção de cadernos elaborados pelo CFESS em 2016 é ponto de partida para diálogo com a categoria sobre tema

Entre setembro e novembro de 2017, o CRESS-PB realizou ações de formação continuada com assistentes sociais e estudantes de Serviço Social do estado. As ações foram realizadas como atividade da comissão ampliada de ética e direitos humanos do CRESS e com base nos conteúdos temáticos dos cadernos da coleção Assistente Social no Combate ao Preconceito, publicada em 2016 pelo CFESS.

O Regional recebeu inscrições previamente, em um total de 50 vagas, considerando o espaço físico em que a formação foi realizada, as salas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

No primeiro momento da formação, em setembro de 2017, foram discutidos os conteúdos do primeiro caderno, que de modo geral define o preconceito e a necessidade de seu enfrentamento pelo Serviço Social; também foi abordado o conteúdo sobre o estigma do uso de drogas, sob a condução da conselheira Leidiane Souza, integrante da referida comissão do Regional.

Também é importante destacar que ainda há muito tabu e estigma quanto ao uso de substâncias psicoativas, que, moralizadas em um raso conceito de drogas, podem levar profissionais a tomar atitudes de preconceito com usuários/as em quadros de dependência de diversas substâncias. “Nesse sentido, consideramos relevante a temática proposta no caderno, além da necessidade de apropriação da mesma pelo conjunto dos/as

assistentes sociais”, ressalta a conselheira.

Na sequência da ordem dos cadernos, o segundo momento de formação, realizado em outubro, tratou da temática do Racismo. Na ocasião, a atividade

teve a colaboração temática da assistente social e militante do movimento de mulheres negras Terlúcia Silva. “Consideramos importante a contribuição desta companheira a este debate também pelo fato de ele constar na agenda profissional, e diante da acentuação do racismo frente à atual conjuntura conservadora”, comenta Leidiane Souza, conselheira do CRESS-PB.

Já em novembro, o Regional contou com o assistente social e também integrante da comissão de ética e direitos humanos Iago Fernandes, para exposição e condução da formação sobre transfobia. Na ocasião, participou também Filipe Moraes, advogado e funcionário da área administrativa do CRESS-PB, que apresentou casos específicos do direito de pessoas trans e algumas decisões judiciais referentes aos direitos da população LGBT.

O CRESS-PB entende que, em um país com altos índices de crimes motivados por LGBTfobia, é imprescindível combater a transfobia, assumir a defesa de direitos dessa população em espaços distintos,

nos quais seja possível a inserção profissional nessa perspectiva.

O encerramento do processo de formação continuada se deu no dia 15 de dezembro de 2017, momento em que foi discutida a temática da xenofobia, cuja condução ficou sob a responsabilidade da conselheira Jéssica Juliana, que também integra a comissão temática do Conselho. “Na ocasião, sentimos o quão necessário é aprofundar a discussão em torno desta forma de preconceito e intolerância entre profissionais, que podem, nos seus espaços de trabalho, se deparar com usuários/as em condição de migrantes”, explica a conselheira.

O CRESS-PB reafirma a necessidade e o compromisso de outros debates junto à categoria no estado, considerando a relevância dessas e de outras temáticas que chamam à defesa dos princípios éticos e políticos da profissão. Isso tudo, frente ao urgente e necessário combate aos preconceitos, sempre em articulação com as pautas dos movimentos de organização política desses segmentos.



Foto: acervo CRESS-PB
Atividade de formação com a categoria sobre o combate ao preconceito

explicitando o compromisso com a efetiva representação da categoria junto às atividades do Regional, bem como do Conjunto.

Em agosto de 2017, teve início o curso Ética em Movimento, realizado pela primeira vez numa cidade do interior, Arapiraca, contemplando várias cidades do agreste alagoano. O curso, composto de quatro módulos, contou com a participação de 29 assistentes sociais da assistência social e saúde. Em outubro, o CRESS-AL realizou nova edição do curso em Maceió, voltado aos/às assistentes sociais da saúde mental, tendo 32 assistentes sociais participantes. É importante destacar algumas das atividades realizadas pela comissão de orientação e fiscalização (Cofi), quais sejam: reunião ampliada com assistentes sociais que atuam na atenção básica de saúde e o Seminário Estadual de Sigilo Profissional, que ocorreu em dezembro, com participação da assistente social e

professora Maria Conceição Vaz Robaina (PUC/RJ). Na ocasião, a profissional debateu a respeito do compromisso ético e político de assistentes sociais com a garantia do sigilo, visando à qualidade dos serviços prestados aos/às usuários. O seminário teve uma participação expressiva da categoria e estudantes de Serviço Social.

O que vem por aí > Mais ações ocorrerão em Alagoas: visitas de fiscalização no interior do estado e reunião ampliada da Cofi com assistentes sociais do interior, fortalecendo o compromisso da gestão com a interiorização do CRESS-AL; novas turmas do curso Ética em Movimento em Maceió e no interior; oficina para profissionais que atuam na saúde sobre a política de educação permanente; reunião ampliada da comissão de formação profissional; seminários estaduais de assistência estudantil e sobre o trabalho da/o assistente social na



Foto: acervo CRESS-AL
Sigilo profissional é um tema bastante requisitado

política sobre drogas e saúde mental.

A gestão A luta nos movimenta, a resistência nos fortalece convoca toda a categoria de assistentes sociais em Alagoas, dos diversos espaços sócio-ocupacionais, para participar das comissões do CRESS-AL, a fim de dar continuidade ao processo de fortalecimento e consolidação da profissão e também do Regional.

GRESS intensifica ações no interior e promove calendário de eventos estaduais e nacionais

A gestão “Nossa voz na rua vem para lutar”, do GRESS-CE, segue em 2018 com o compromisso de fortalecer as pautas da categoria e em manifestação contra as reformas do governo golpista Temer. O Regional continuará nas ruas, nas fiscalizações, nos grupos temáticos e em ações como o Interioriza Cress, movimentando o interior do estado e também organizando eventos estaduais, regionais e nacionais como parte das ações do Conjunto CFESS-CRESS.

Hoje, dos cerca de oito mil profissionais ativos/as inscritos/as no Conselho, mais da metade é de habitantes de municípios do interior. A partir disso e das demandas crescentes da categoria em pluralizar ações de formação e entrega de documentação oficial, a gestão criou o Interioriza Cress, que promoveu debates em cidades como Sobral, Crateús, Iguatu, Quixadá e Juazeiro do Norte já em 2017.

Marcos Bueno, conselheiro do GRESS-CE, é habitante de Juazeiro do Norte (CE) e considera a ação impulsionadora do diálogo entre a categoria e o Conselho. “A proposta decorre, principalmente, da descentralização das ações administrativas e da necessidade de que mais debates aconteçam em mais cidades. É um processo de busca ouvir as demandas da categoria, no sentido de identificar as fragilidades e potencialidades de sua atuação no interior”, enfatizou Bueno.

Eventos estaduais, regionais e nacionais

> Em 2018, o Código de Ética do/a Assistente

Social comemora 25 anos e já estão na pauta eventos como o seminário comemorativo ao Dia do/a Assistente Social, o Seminário Estadual de Assistência Social, o Seminário Estadual sobre o Trabalho do/a Assistente Social na Política sobre Drogas e Saúde Mental, o Encontro Descentralizado Nordeste do Conjunto CFESS-CRESS e o 2º Seminário Nacional O Trabalho do/a Assistente Social na Política de Assistência Social.

Em maio, o Seminário Comemorativo ao Dia do/a Assistente Social trará nomes como o professor Reinaldo Pontes, a professora Elaine Behring, a professora Alexandra Mustafá e a professora Márcia Tiburi. Haverá, ainda em maio, o Seminário Estadual de Assistência Social, realizado em parceria com o Fórum Estadual dos/as Trabalhadores/as do Suas (Fetsuas/Ceará), como preparatório para o evento nacional, que acontece em agosto no Ceará.

O Seminário Estadual sobre Drogas acontece em maio, como preparação para o nacional, que será realizado no Distrito Federal (DF). O seminário em âmbito nacional foi uma proposta do GRESS-CE, aprovada no 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS. Para Cynthia Studart, conselheira do GRESS-CE, o evento “é uma dívida histórica que a profissão e as entidades têm em relação a esta temática. Inúmeros/as assistentes sociais inseridos/as nas políticas de drogas estão sendo requisitados/as a dar respostas profissionais à questão (de drogas) num



Fotos: acervo GRESS-CE



Fórum de Estágio em Serviço Social da Região Norte em Sobral (superior) e "Interioriza Cress", em Juazeiro do Norte (abaixo)

contexto profundamente conservador, com ideias protofascistas, autoritárias e criminalizantes das pessoas que fazem uso especialmente nos territórios pobres”.

Agosto segue com o Encontro Descentralizado Nordeste e o 2º Seminário Nacional sobre Assistência Social, trazendo profissionais de todo o país para o Ceará. O GRESS permanecerá elegendo, em assembleia geral, os/as profissionais de base que serão delegados/as tanto para o descentralizado como para o Encontro Nacional.

Leiriane Araújo, conselheira presidenta do GRESS-CE, considera os eventos importantes para a categoria no estado, com especial atenção para o de assistência social. “O seminário nacional é um dos mais esperados e uma resposta do Conjunto CFESS-CRESS para os/as profissionais desta política. É uma área em que nós avançamos em número, mas que, ao mesmo tempo, evidencia uma precarização muito grande dos/as profissionais. O seminário é um desafio enorme para as entidades e para o Conjunto CFESS-CRESS, e nós, como Nordeste e Ceará, topamos realizá-lo”, destacou.

GRESS-MA

Em meio à conjuntura de ataques a direitos, Regional fortalece a orientação da categoria

A gestão “Resistência e Luta” iniciou os trabalhos num período marcado por expressivos retrocessos, com o desmonte das políticas públicas e desrespeito à participação popular pelo atual governo federal, que tem golpeado a democracia e a soberania nacional. Tais retrocessos são retratados nas medidas de ajustes fiscais e nas contrarreformas da seguridade social e trabalhista, que retiram direitos conquistados historicamente pelo/a trabalhador/a.

Essa conjuntura mantém os/as assistentes sociais e o GRESS-MA vigilantes na defesa radical da democracia e da luta social por uma sociedade anticapitalista, princípios que norteiam o projeto ético-político da categoria. No Regional, as prioridades e estratégias definidas para o alcance dos objetivos institucionais valorizam a fiscalização do exercício profissional, a defesa das condições éticas e técnicas, a interiorização das ações e a articulação com os movimentos sociais, conforme segue:

Orientação e fiscalização > Em 2017, a comissão de orientação e fiscalização visitou 24 municípios para execução do projeto Trilhando Caminhos, que objetiva realizar ações de fiscalização do exercício profissional no Maranhão. Nas visitas, 259 profissionais participaram de reuniões, palestras e/ou seminários, 103 foram entrevistados/as e 104 cadastros profissionais atualizados. Destaca-se a fiscalização de 150 instituições dos seguintes campos: 80 da assistência social; 35 da saúde; 22 do sociojurídico; três de políticas para mulheres; um da previdência social e nove da educação. No conjunto, 57 instituições foram notificadas. Destas, 18 foram regularizadas e as demais (39) estão no prazo de regularização, tendo como produto o afastamento de quatro bacharéis que atuavam sem o registro profissional; a reorganização de salas de atendimento para garantir o sigilo profissional; adequação da carga horária para 30h semanais; organização/aquisição de arquivo privativo para a/o assistente social e garantia das atribuições privativas. Com isso, asse-

Diálogo com a categoria é prioridade

No difícil cenário político para quem defende uma sociedade igualitária, faz-se necessária a organização da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e dos setores progressistas do nosso país. Por isso, desde a iminência do golpe que está destruindo o Brasil, o CRESS-SE permanece nas ruas, na ação política e na articulação em defesa da democracia, contra os retrocessos nas políticas públicas e nos direitos da classe trabalhadora e da população vulnerável.

O Regional caminhou lado a lado com a classe trabalhadora, tendo participado de inúmeros debates, seminários, palestras, audiências públicas e estado presente em todas as greves, paralisações e atos públicos em defesa da democracia. Incluindo as que ocorreram em defesa de eleições diretas e contra as medidas neoliberais do governo Temer, a exemplo das reformas da previdência e trabalhista, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do limite dos gastos públicos e da terceirização.

Uma das medidas mais impactantes para a categoria nesse contexto foi o desmonte do Sistema Único de Assistência Social (Suas), cujo orçamento para 2018 foi cortado em cerca de 98%, ameaçando a sobrevivência da política e afetando mais de 30 milhões de famílias brasileiras. Ao lado de militantes, usuários/as, gestores/as, assistentes sociais e demais trabalhadores/as da política de assistência social de todo o estado, o CRESS-SE participou e apoiou o ato público Dia D de mobilização em defesa do Suas, em setembro de 2017. “Mesmo diante deste cenário desafiador, não podemos permitir que a desesperança se torne maior que nosso desejo de transformação. O momento é de unificar os/as trabalhadores/as, a esquerda e as forças progressistas por todo o

país”, destacou Joana Rita, presidente do CRESS.

Escuta das demandas > O CRESS se manteve comprometido com as demandas específicas dos/as assistentes sociais sergipanos/as e com o desenvolvimento de suas ações precípuas. O Conselho tem mantido constante diálogo com setores profissionais, a fim de escutar suas demandas, buscar encaminhamentos e mediar para buscar garantir condições éticas e técnicas de trabalho.

Exemplos de alguns setores que dialogaram com o CRESS foram as referências técnicas na área da saúde do estado de Sergipe, que dialogaram com representantes das comissões de orientação e fiscalização (Cofi) e de políticas públicas, a respeito das dificuldades de preenchimento dos prontuários de pacientes, no âmbito do atendimento da rede pública em Sergipe; e as profissionais que atuam no Instituto Federal de Sergipe (IFS), que se reuniram com a Cofi, para debater o respeito ao sigilo e à autonomia profissional.

Administrativo-financeiro > No campo administrativo, o CRESS também obteve diversos avanços. Um deles é a utilização do cartão de crédito para que a categoria possa efetuar pagamento de valores referente ao Conselho, tornando mais acessível e prático o processo de quitação.

de Assistentes Sociais em São Luís, com o tema: Mercado profissional de trabalho e a questão da identidade da/o assistente social no contexto do ataque aos direitos dos(as) trabalhadores/as. Realizou também o Encontro Descentralizado na cidade de Imperatriz e o 4º Seminário Regionalizado de Serviço Social e Atribuições Profissionais, em Presidente Dutra.

Seguridade social pública e universal > O CRESS, junto às/aos profissionais, encampou a luta em defesa dos direitos já conquistados e participou de várias mobilizações em protesto contra o corte no orçamento e em defesa do Sistema Único de Assistência Social (Suas): audiência pública na Câmara de Vereadores; Dia D de mobilização em Defesa do Suas e ato público realizado na 12ª Conferência Estadual de Assistência Social. E, ainda, o Regional editou e lançou o CRESS Manifesta nº1 que expõe o desmonte da Po-



CRESS preparou faixa para mobilização contra a 'reforma' da previdência

Diversidade > Outra pauta que o CRESS Sergipe encampou foi a luta contra a patologização das identidades de gênero e da diversidade sexual. Ao lado do movimento LGBTs, a comissão de ética e direitos humanos do regional realizou a roda de conversa Diversidade de Gênero: a cura para o preconceito e o acesso à informação, em outubro de 2017.

Assistentes sociais nas escolas

Em 2017, o CRESS-SE deu início à campanha Assistentes Sociais nas Escolas: Eu digo Sim, com o objetivo de sensibilizar a população para a importância de se ter o/a profissional da área na rede pública de educação. A campanha tomou as ruas de Aracaju com outdoors, busdoors, inserções na imprensa e chegou aos principais espaços sócio-ocupacionais da categoria. Para dar continuidade à campanha, foi criado o Grupo de Trabalho de Educação, que já se reuniu com o vereador de Aracaju Iran Barbosa, com o objetivo de propor adequação da Lei Municipal 4.825/2016, que versa sobre o tema.

lítica Nacional de Assistência Social. Realizou também reunião extraordinária da comissão de seguridade social, para defender o Serviço Social do INSS, integrando ações com movimentos sociais e demais instâncias de defesa da profissão.

Concurso público/defesa da categoria

> Desde 2012, o CRESS-MA tem executado a campanha Concurso Público para Assistentes Sociais, iniciada pelo Conjunto CFESS-CRESS e fundamentada na Constituição Federal. Em 2017, o Conselho Regional lançou nota específica da sua atuação nos últimos concursos públicos, em seus canais de comunicação; reuniu-se com o procurador do trabalho, para solicitar intervenção junto à Secretaria Estadual de Saúde, a fim de garantir a contratação de aprovadas/os no processo seletivo realizado pelo órgão, além de solicitar apoio na luta por realização de concurso público para a área.

guraram-se a defesa do espaço profissional e a melhoria da qualidade de atendimento da/o assistente social à população usuária.

Valorização/interiorização > Nas ações de interiorização, foram realizados dois seminários regionalizados, nove reuniões ampliadas e seis palestras. Tendo como objetivo promover a reflexão teórica, a troca de experiências e contribuir com o debate sobre o exercício profissional frente à nova conjuntura política. Ocorreram também ações de rearticulação e fortalecimento do Núcleo de Assistentes Sociais da Região Tocantina, com atividades de capacitação profissional. Destas, foram três sessões do Ciclo de Debates: a inserção profissional na previdência, assistência social e saúde.

Eventos Realizados > No mês de maio, o CRESS-MA manteve as comemorações do Dia da/o Assistente Social no 38º Encontro

CRESS expande processo de interiorização

Foto: Acervo CRESS-RN

Chegada a outros municípios e criação de núcleos é uma das prioridades da gestão “A voz resiste, a luta insiste”

Quando foi empossada na direção do CRESS-RN, há um ano, a gestão “A voz resiste, a luta insiste” assumiu um compromisso que é uma das principais demandas dos/as assistentes sociais do estado: expandir o processo de interiorização do Conselho como uma das prioridades de trabalho e iniciar a organização dos núcleos chamados Nucess. O objetivo dos/as conselheiros/as é começar pela região Seridó, onde muitos/as profissionais atuam e residem.

Apesar dos limites financeiros e de recursos humanos, um importante passo foi dado ainda no ano passado: o CRESS-RN foi a Caicó, em novembro, participar de atividades com estudantes e profissionais, para debater instrumentalidade no Serviço Social e bioética. A primeira delas também discutiu o contexto do exercício profissional diante da crise e do desmonte das políticas sociais, e a segunda tratou do assunto do ponto de vista sociojurídico.

No debate sobre bioética, a presidenta do CRESS-RN, Luana Soares, falou sobre o posicionamento do Conjunto CFESS-CRESS pela legalização do aborto e a conduta profissional que deve ter o/a assistente social em casos de interrupção de gravidez.

“Ficamos muito felizes com o nível dos dois debates, com a participação”, afirmou Luana. “Impressionante a defesa que os/as assistentes sociais do Seridó



Gestão assumiu o compromisso de se aproximar ainda mais da categoria

fazem da profissão e o quanto resistem a assédio moral e a todo esse ataque que estamos sofrendo aos nossos direitos, que, obviamente, tem rebatimentos sérios sobre o nosso trabalho”, acrescentou.

Na ocasião, a presidenta esteve acompanhada da conselheira Marta Maria e da coordenadora executiva, Miriam Torres. A atividade para profissionais aconteceu na Escola Multicampi de Ciências Médicas; o debate com estudantes, sobre bioética, ocorreu na Faculdade Católica Santa Terezinha, a convite da professora Priscilla Brandão.

“A interiorização das ações do CRESS tem total relevância para a articulação da categoria dos/as assistentes sociais, uma vez que, em tempos de desmontes e retrocessos, o chamado à aproximação das entidades representativas mostra-se urgente”, destacou Priscilla. “A promoção desse diálogo entre nós, profissionais, e estudantes de Serviço Social nos fortalece

numa só luta e faz entender quais entidades nos representam”, completou.

“Na semana do/a assistente social estivemos em outras cidades e vamos continuar com o processo de interiorização do CRESS, não só pela região Seridó”, explicou a conselheira Marta. “Os Nucess surgem da necessidade de organização política da categoria, de descentralização das atividades do Conselho, de facilitação também das ações administrativas”, reiterou.

O CRESS-RN, que possui sede na capital, Natal, e uma seccional em Mossoró, região oeste, tem caminhado para uma aproximação cada vez maior com a base, por meio do diálogo, democracia e transparência. “O Conselho não é só aquele que cobra e recebe a anuidade, mas um espaço ao qual também o/a profissional precisa chegar junto, compor comissões, ter voz e decidir conosco as prioridades”, disse Luana.

CRESS-AP

No Amapá, gestão destaca os desafios na defesa da profissão e da categoria

A gestão “Tempo de dizer que não é tempo de calar (2017-2020)” assumiu o CRESS-AP com inúmeros desafios para o âmbito administrativo-financeiro e para a mobilização da categoria de assistentes sociais em meio à conjuntura política, econômica e social de ataques aos direitos sociais conquistados nas últimas décadas. Nos primeiros sete meses à frente da entidade, a diretoria do Regional enfrentou alto índice de inadimplência, ausência de uma política de gestão de pessoas e de comunicação, que garantisse a ampla publicidade dos atos praticados pelo CRESS-AP.

No enfrentamento à inadimplência, a gestão intensificou o controle dos processos de acordos de negociação e renegociação e encaminhamentos de providências administrativas e judiciais como últimas medidas, após sensibilização quanto ao caráter da anuidade e o dever ético com o exercício profissional legal e o fortalecimento da entidade.

Na parte da comunicação, a meta do CRESS-AP é a construção e manutenção da página da entidade na internet. Em janeiro de 2018, a diretoria do Conselho Regional formou a Comissão Permanente de Licitação, para dar encaminhamento e publicidade ao processo de aquisição do serviço. Até a produção e divulgação do site do CRESS, o Regional utilizará a página no Facebook (www.facebook.com/cressmapa/) para publicação de informes, eventos, orientações e manifestações emanadas do CFESS, da Abepss e dos movimentos sociais cujas bandeiras de luta estão em acordo com as deliberadas nos fóruns máximos da categoria. Em relação à gestão de pessoas, o CRESS-AP iniciou o diálogo com os/as funcionários/as, visando à construção de acordos que garantam direitos, deveres e valorização profissional decorrentes das atividades realizadas.

Em dezembro, a gestão do CRESS consuntiu e apresentou, para apreciação da cate-

Ações em defesa de direitos marcam primeiro ano de gestão

Diante de um cenário avassalador de desmonte de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, o CRESS-TO, gestão Lutar, Resistir e Jamais Temer (2017-2020), vem se mobilizando em diversas ações de resistência em defesa da democracia e na luta por nenhum direito a menos.

Em 2017, o Regional convocou a categoria para ir às ruas participar do ato em defesa dos interesses da classe trabalhadora e contrarreformas do governo ilegítimo. Durante a mobilização, a conselheira presidente do CRESS-TO, Eutália Barbosa, reafirmou a necessidade de lutar contra os ataques aos direitos da classe trabalhadora. “É importante permanecermos na luta, em oposição às contrarreformas do governo ilegítimo. Não podemos aceitar pagar uma conta que não foi gerada por nós, trabalhadores e trabalhadoras. Precisamos lutar incansavelmente pela devolução da democracia e soberania popular e um projeto de governo para o povo”, afirmou a conselheira.

Fortalecimento dos debates > O CRESS fortaleceu os debates em diversos espaços coletivos com a categoria, movimentos sociais, acadêmicos e sociedade. Reafirmou, além do projeto ético-político, o exercício profissional, destacou o contexto da saúde, realizando uma reflexão sobre as ameaças ao Sistema Único de Saúde (SUS), frente às contrarreformas do governo ilegítimo de Michel Temer. O Regio-

nal ressaltou o risco de precarização e a inviabilidade de garantir o direito à saúde em razão da Emenda Constitucional nº 95, de congelamento dos gastos com a saúde.

Contexto dos direitos humanos

O Conselho Regional participou de um debate em Palmas, realizado pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP), sobre a decisão liminar de um juiz federal, que permitiu aos/as psicólogos/as oferecer tratamento para a homossexualidade, a famosa “cura gay”. O CRESS-TO reafirmou que a decisão faz parte de uma agenda conservadora e neoliberal em curso no Brasil.

O CRESS-TO também esteve presente à quarta Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Durante o evento, foi emitida uma carta da sociedade civil em denúncia dos retrocessos dos direitos no atual contexto de golpe, bem como o descompromisso do governo estadual com as políticas de igualdade racial. No estado, mais de 70% da população é negra.

Na Semana de Consciência Racial na Universidade Federal do Tocantins (UFT), o CRESS reafirmou que o debate racial não pode se limitar a apenas um mês do ano, pois o racismo esmaga a população negra por todos os 365 dias. No seminário estadual da Marcha Mundial de Mulheres, o



CRESS nas ruas e nos debates: mobilização para defesa dos direitos é essencial

CRESS fortaleceu o debate e destacou que os direitos das mulheres estão sendo atacados pelo recuo do Estado no provimento das necessidades sociais.

Orientação e Fiscalização > No âmbito da orientação e fiscalização do exercício profissional, o CRESS-TO dialogou com instituições de ensino superior e realizou um espaço estratégico de orientação e reafirmação dos princípios e valores do projeto ético-político, voltado à classe acadêmica de Serviço Social. O Conselho atuou em parceria com o CRP-TO, por meio do setor de fiscalização, e intensificou ações no sudeste do estado, com objetivo de orientar os/as profissionais sobre o exercício profissional, suas condições éticas e técnicas de trabalho.

goria, em assembleia geral, o Plano de Metas de 2018, cuja execução prevê as seguintes ações para o primeiro semestre: construção do Seminário sobre o Serviço Social na Previdência; construção do Fórum Estadual de Supervisores de Estágio em Serviço Social; articulação com os movimentos de LGBTs para intensificar a participação de assistentes sociais na defesa do direito à diversidade; intensificação da orientação e fiscalização sobre a execução de atividades estranhas não previstas na Lei 8.662/93 nas unidades de saúde do estado; monitoramento sobre os editais e a composição de bancas de seleção de assistentes sociais, exigindo adequação à Lei 8.662/93; organização do Encontro Descentralizado do Conjunto CFESS-CRESS da região norte, que será em Macapá, além da organização conjunta com a base, para a realização da Semana do/a Assistente Social como parte da comemoração do Dia do/a Assistente Social.

Serviço Social na Previdência > No dia 24 de janeiro de 2018, a Previdência Social completou 95 anos e o CRESS-AP realizou o seminário Serviço Social na Previdência: reformas e resistências, cuja mesa principal ficou a cargo da assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e vice-presidente do Regional, Alessandra Maria da Silva Dias. A conselheira fez um resgate das diversas reformas por que passou a política de previdência e também a resistência dos/as assistentes sociais do INSS, especialmente na segunda metade dos anos 1990, com a ameaça de extinção do serviço, direito dos trabalhadores/as, do organograma institucional e das diversas ofensivas à retirada de direitos dos/as segurados/as do regime geral de previdência.

Diante das propostas de contrarreforma que ameaçam atingir os/as trabalhadores/as de todos os regimes previdenciários e o espaço ocupacional do Serviço

Social nessa política de seguridade social, é que se propuseram ações de manutenção da resistência em conjunto com os movimentos sociais. Participaram do evento profissionais, docentes e acadêmicos dos cursos de Serviço Social, além de representantes dos movimentos sociais.



Um dos desafios enfrentados no CRESS é a inadiplência



Foto: Acervo Seccional RR

Há grande expectativa na região para que a Seccional se transforme em CRESS

Seccional dá mais um passo para virar Regional

Em 2018, a Seccional Roraima do CRESS-AM/RR, gestão “A Luta só é possível se for coletiva: unidade e história constroem a mudança!” deu segmento, em conjunto com o CRESS, ao procedimento de desmembramento do Regional, cumprindo o último critério solicitado pelo CFESS para a continuidade do processo, fortalecendo as lutas e movimentação da categoria em Roraima.

A assembleia extraordinária de desmembramento, sediada em Roraima e presidida pelas conselheiras da diretoria do CRESS-AM/RR, foi realizada no em fevereiro de 2018, caracterizando-se como último critério para o desmembramento entre CRESS-AM e criação do futuro CRESS-RR, contando com a presença de profissionais e acadêmicos/as do estado.

No intuito de construção de uma ação política, administrativa e financeira para a consolidação do trabalho do CRESS-AM/RR, a Seccional de Roraima, historicamente por meio das gestões, vem desenvolvendo diversas ações junto à categoria no estado de Roraima, como a realização de encontros, eventos, grupos de trabalhos, constituição de comissões, cursos, participação nos conselhos, articulações com segmentos sociais. A seccional também está sempre em contato com o segmento estudantil e a realidade da formação e do exercício profissional, cujos acontecimentos pautaram-se na defesa das condições para a realização de um trabalho com qualidade e no cumprimento da agenda política do Conjunto CFESS-CRESS.

A motivação para transformação da Seccional em CRESS tem em conta que Roraima já possui uma capacidade de organização e mobilização positivas, bem como o número considerado de profissionais registrados/as e ativos/as, totalizando 697, além de demandas cotidianas que chegam à Seccional. Dentre estas, a necessidade de interiorização das ações, os problemas decorrentes da formação e que exigem ações cotidianas da Cofi, necessidade de a categoria participar efetivamente e deliberar sobre as questões relativas à profissão no estado, cumprimento da agenda política do Conjunto CFESS-CRESS, realização de eventos, luta em defesa da profissão, cumprimento das ações regimentais, o acompanhamento aos processos éticos e o combate à inatendimento. Sendo assim, o fortalecimento das ações do futuro CRESS-RR somente será possível a partir da existência de uma estrutura administrativo-financeira e política forte e autônoma, que seja capaz de oferecer um atendimento adequado aos/as assistentes sociais e de dar suporte a todas as ações políticas do Conjunto CFESS-CRESS.

No Amazonas, balanço geral das ações em defesa do Serviço Social

A gestão “Nada a Temer, lutar é preciso”, do CRESS-AM/RR, tem buscado desenvolver suas ações, para cumprir a agenda política e administrativa proposta no Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS. No resumo do primeiro ano de trabalho, várias ações foram efetivadas. Cabe destacar a importante participação do grupo de conselheiros/as e membros de base, que vêm trabalhando para o fortalecimento do Conselho e de toda a categoria.

Comissão de orientação e fiscalização > realizou reunião ampliada com a categoria em Boa Vista (RR) no dia 24 de agosto de 2017, na sede da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes), com o objetivo de aprofundar e socializar a discussão sobre as atribuições do/a assistente social, contemplando o debate sobre o material técnico-sigiloso. Participaram do evento 56 assistentes sociais e 40 acadêmicos/as de Serviço Social.

Ética e direitos humanos > realizou, entre 25 e 28 outubro de 2017, o curso Ética em Movimento no município de Tefé (AM), com duração de 40 horas, formando 30 assistentes sociais.

Seguridade social > realizou, nos dias 15 e 16 de setembro de 2017, na Escola José Sefair, em Manacapuru, um importante debate com profissionais de Serviço Social, sobre o tema: Serviço Social e os Desafios da atuação Profissional. O evento foi realizado em conjunto com o Nuress de Manacapuru e contou com a participação de 72 assistentes sociais de quatro municípios.

Comunicação > atuou na implementação da Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS, com o intuito de garantir o acesso e a qualidade de informações à categoria. Desenvolveu estratégias que potencializaram a divulgação das ações do CRESS-AM/RR nas

redes sociais (Facebook e Instagram) e no site oficial do Conselho. Criou o Procedimento Operacional (POP) da Política de Comunicação para a divulgação.

Registro e inscrição > realizou reunião com os/as coordenadores/as de cursos de Serviço Social e representantes das instituições de ensino superior (IES) em agosto de 2017, na sede do CRESS-AM/RR. Atuou no fortalecimento das ações de orientações socioeducativas, em conformidade com o disposto na Resolução CFESS nº 588/2010. Desenvolveu um trabalho sistemático para identificação das principais dificuldades e demandas no trabalho do CRESS junto a coordenadores/as, supervisores/as de ensino e representantes das IES, buscando, nesse processo, qualificar as relações institucionais em benefício dos/as futuros/as profissionais e da categoria.

Programação 2018 > Tendo em vista o cumprimento da agenda política do Conjunto CFESS-CRESS, o CRESS realizará, no segundo semestre de 2018, as ações a seguir: 1) Reunião ampliada com os/as assistentes sociais que atuam no âmbito sociojurídico e assistencial social; 2) Defesa da utilização do nome social nos espaços públicos e privados, no acesso às políticas públicas para a população LGBT e no interior do Conjunto CFESS-CRESS; 3) Reunião ampliada com os/as assistentes sociais que atuam no âmbito da educação no Seminário Socializando Saberes; 4) Visitas em comarcas de sua jurisdição no estado do Amazonas, a fim de realizar ações socioeducativas acerca do processo de inscrição e a importância política da inscrição no Conselho de Serviço Social para a categoria; 5) Realização de rodas de conversa com os movimentos sociais, com intuito de criar espaços e/ou articular-se com outras iniciativas de defesa da democratização da comunicação como direito humano.

Visitas de orientação e fiscalização aproximam CRESS da categoria

No mês de dezembro de 2017, a nova gestão do CRESS-PA, “Lutar quando a regra é ceder, o CRESS mais perto”, tomou posse na direção da entidade para o mandato encurtado de dois anos. Logo no início do processo de transição, encontrou um enorme desafio pela frente: aproximar as/os assistentes sociais de todo o Pará e fortalecer a luta em defesa da classe trabalhadora e das liberdades democráticas.

É com esse objetivo e com uma enorme disposição para a luta que a nova gestão do CRESS-PA inovou e colocou o projeto itinerante “O CRESS mais perto de você” na estrada, para chegar de forma qualitativa em todas as regiões do imenso estado que é o Pará. A dimensão geográfica paraense exige do CRESS ações estratégicas para atender às crescentes demandas oriundas da sociedade e da categoria.

A promessa de campanha da gestão se concretiza, ao inovar o processo de fiscalização do exercício profissional por território de abrangência dos serviços nos quais os/as assistentes sociais estão inseridos/as. E o que seriam territórios de abrangência? Em cada região/município/bairro que o CRESS chegar, mobilizará profissionais e serviços de diferentes políticas, atendendo assim às demandas da categoria naquele território (exemplo: saúde, as-

sistência, sistema penal, educação, previdência, dentre outros).

“O CRESS mais perto de você” prevê ações da comissão de orientação e fiscalização (Cofi), combinadas com as demais comissões do Conselho em territórios e núcleos do CRESS (Nuress), realizando fiscalizações, reuniões com gestores/as, entregas de documento de identidade profissional, cursos de atualização profissional e rodas de conversas com a categoria.

O anseio de ampliar referenciais teóricos e práticos, que permitam a formação continuada e a construção de uma identidade específica do/a assistente social da Amazônia, nortista e brasileiro/a, é imprescindível. Para isso, o CRESS-PA busca formas e estratégias para se aproximar cada vez mais dos/as profissionais de Serviço Social, fortalecendo as entidades representativas e principalmente a categoria profissional.

O projeto piloto do CRESS mais perto de você começou em Belém, em fevereiro de 2018, nos distritos de Outeiro e Icoaraci, e contou com a adesão e participação dos/as assistentes sociais que atuam por lá. “Parabênizo a nova gestão do Conselho, pois farei 10 anos na Funbosque e é a primeira vez que recebo a visita do CRESS. Parabéns aos/as assistentes so-

ciais do Pará, porque senti que temos um conselho que nos representa realmente”, avalia a assistente social Beatriz Oliveira, da Fundação Escola Bosque.

Para a presidente do CRESS-PA, Maria Rocha, “esse pontapé inicial, para o CRESS, foi muito importante para ir construindo, adequando e aperfeiçoando o projeto do CRESS itinerante, de forma a atender aos anseios dos/as assistentes sociais e também contribuir com a qualidade dos atendimentos aos/às usuários/as dos serviços”.

Em maio de 2018, o “CRESS mais perto de você” percorre diversos municípios do estado do Pará, em conjunto com os Nuress, comemorando o Dia do/a Assistente Social e realizando diversas atividades como fiscalizações, rodas de conversas e palestras alusivas ao 15 de maio. Para a presidente do CRESS, Maria Rocha, “é um momento de luta, que nos dá a certeza de que estamos caminhando e fortalecendo o Serviço Social no Pará”.

A partir de junho de 2018, o “CRESS mais perto de você” pega a estrada e continuará percorrendo esse “país” chamado Pará, para atender aos anseios de profissionais que exercem a profissão longe da região metropolitana, com a certeza de que não estarão mais sozinhos/as. Aguardem que o CRESS está chegando!

Formação profissional na agenda do CRESS

Regional também realiza adequações referentes aos processos administrativos

O CRESS mais novo do Brasil tem realizado ações em diversas frentes, para fortalecer o Serviço Social no estado do Acre. A comissão de direitos humanos do Regional realizou, em fevereiro, uma roda de conversa com os/as acadêmicos/as de Serviço Social da Faculdade Ocidental da Amazônia (Faao). A temática foi Direitos humanos e Atuação Profissional. O evento contou com a colaboração da assistente social de base Dulcinéia Gomes da Silva. O objetivo foi socializar, com os/as acadêmicos/as, o compromisso do Serviço Social com a defesa dos direitos humanos, como previsto no Código de Ética Profissional. A comissão pretende realizar outros encontros futuros, por considerar

a temática extremamente importante e necessária, principalmente no contexto político e socioeconômico atual.

Capacitação > Para melhoria dos processos administrativos, o Regional também capacitou a Comissão Permanente de Licitação (CPL), para facilitar e dar transparência aos processos licitatórios e contratos administrativos do Regional. Nesse sentido, o CRESS participou também, em janeiro de 2018, do curso em Licitações e Contratos Administrativos, com a participação da CPL e de conselheiros/as. Foram 16 horas de curso, ministrado pela auditora de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC) Ana Cristina Araújo, que

também atua com consultoria e treinamento em gestão pública e empresarial, capacitação em licitações e contratos administrativos.

Formação de qualidade > A comissão de formação profissional, coordenada pela conselheira Renata Pereira, participou, no início de 2018, de reunião na Universidade Federal do Acre (Ufac), para tratar de assuntos relacionados à implantação do curso de graduação em Serviço Social, na luta por uma educação gratuita, laica e de qualidade. O projeto apresentado pela referida comissão passará por alguns ajustes e deverá ser apresentado novamente ainda no primeiro semestre de 2018.

Curso de Serviço Social é incluído no plano institucional do IFRO

Depois de duas reuniões entre a reitoria do Instituto Federal de Rondônia (Ifro) e o CRESS-RO, na tentativa de inclusão do curso de graduação em Serviço Social no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do instituto, o CRESS-RO apresentou justificativa e participou, no dia 14 de fevereiro, da reunião do Conselho Superior do Ifro (Consup).

Na ocasião, o presidente do Regional, Luciano Pinheiro, defendeu, perante os/as conselheiros/as, a inclusão do curso de Serviço Social no PDI e esclareceu sobre a necessidade da oferta da graduação em uma instituição pública federal. “Essa oferta fortalecerá a profissão no estado, pois vai ao encontro do que é defendido pelo Conjunto CFESS-CRESS, ou seja, uma educação pública, de qualidade, laica e acessível”, afirmou o conselheiro presidente do CRESS.

Ele destacou ainda que, com a oferta do curso de Serviço Social, o Ifro precisará contratar mais assistentes sociais, aumentando o número de vagas de trabalho, que poderão ser ocupadas por profissionais que ainda se encontram fora do mercado.

Durante a reunião do Consup, após algumas manifestações a favor e outras contrárias, o tema foi posto em votação e aprovado pelo Conselho Superior. Com isso, a oferta do curso de Serviço Social foi incluída no PDI 2018/2022, planejado para ser ofertado no campus Calama, em Porto Velho.

O CRESS-RO comemorou a decisão do Consup. “Esse é um avanço para o Serviço Social, uma vez que não temos oferta nem previsão de oferta pela Universidade Federal de Rondônia”, salientou o presidente do CRESS.



Palestra sobre Depoimento Especial, em dezembro de 2017, reuniu centenas de assistentes sociais em Belo Horizonte

Nos quatro cantos do estado!

Desde a posse, em 2017, nova gestão vem promovendo a interiorização das ações com criatividade e coragem

É comum ouvir de assistentes sociais dúvidas a respeito do funcionamento e de como são tomadas as decisões dentro dos CRESS, assim como a demanda por atividades de educação permanente, realizadas para além das cidades em que se situam as sedes e as seccionais. Embora, em Minas Gerais, as visitas de fiscalização e os conteúdos produzidos pelo setor de comunicação respondam a boa parte destes questionamentos, nada melhor que o tê-tê com a categoria. A interiorização das ações é um desafio constante do CRESS-MG, visto que o estado, além de possuir uma grande extensão territorial, tem o terceiro maior número de profissionais do país.

Pensando nisso, a atual gestão da sede, em Belo Horizonte, e seccionais de Juiz de Fora, Montes Claros e Uberlândia (2017-2020), têm como proposta promover encontros descentralizados com participações especiais e reuniões com integrantes da diretoria. Nesse sentido, os Núcleos de Assistentes Sociais (NAS), vinculados ao CRESS-MG, cumprem um papel crucial, uma vez que são espaços criados pela mobilização das/os profissionais. Estes espaços têm o intuito de fortalecer o Serviço Social em suas regiões, como afirma Débora Nunes, participante do NAS de Congonhas e região (Nascon), na região Campo das Vertentes.

“Os Núcleos são apoio e acolhimento às demandas profissionais, articulando e organizando a base da cidade-sede e proximidades e fazendo a ponte com o Conselho, para o encaminhamento e discussão do que afeta a categoria. São espaços muito importantes e que precisam trabalhar no fortalecimento das/os profissionais, assim como no estreitamento de vínculos com o próprio CRESS”, afirma.

Atualmente, existem 28 NAS ativos, sendo que, destes, 26 já receberam a visita de pelo menos uma diretora ou diretor, alcançando centenas de profissionais. Desde a posse da atual gestão, foram criados três novos núcleos e mais dois se rearticularam. Além de levar para os quatro cantos do estado a discussão

sobre temas relevantes para o Serviço Social brasileiro e dialogar sobre as atribuições e competências do CRESS-MG, as/os representantes da diretoria levantam bandeiras de luta da categoria. Em Brasília de Minas, onde foi criado o NAS Veredas, a Seccional Montes Claros contribuiu para a conquista das 30 horas semanais para as/os assistentes sociais do município, como pontua Daniel Afonso, coordenador do NAS Veredas, no Norte de Minas.

“A Seccional esteve presente na criação do núcleo, na luta pelas 30 horas e em encontros e rodas de conversa que abordaram temas inerentes à profissão. Essa presença trouxe maior interação, participação e entendimento da funcionalidade e das normativas do nosso Conselho e do próprio Serviço Social. A medida de aproximação tem feito com que, enquanto categoria, estejamos com mais amparo e preparação para intervir frente aos possíveis entraves do nosso processo de trabalho”, observa.

Com orçamento limitado, é preciso criatividade para chegar a todo o estado > Empossada em maio do ano passado, a atual gestão do CRESS-MG assumiu com um grande déficit no orçamento. Desde então, tem sido necessário ter criatividade e empenho, com o apoio das trabalhadoras e dos trabalhadores da instituição, para materializar as propostas de campanha, como a transparência, o combate aos altos índices de inadimplência e a interiorização das ações.

Logo nos primeiros meses de gestão, adotou-se a transmissão online, via Facebook, de alguns eventos realizados em Belo Horizonte, permitindo que milhares de pessoas pudessem acompanhar e interagir sobre as reflexões debatidas na capital. Até dezembro, foram transmitidas seis atividades, alcançando 68.744 pessoas. A expectativa é que, a partir de 2018, sejam pensados seminários e atividades em diferentes regiões do estado, para que, cada vez mais próximo da categoria, se consiga construir o CRESS que a gestão almeja.

Foto: Acervo CRESS-MG



'Cracolândia' é tema de debate em SP

CRESS-SP reflete sobre as ações do poder público e o papel do Serviço Social no atendimento às pessoas em situação de rua que fazem uso de substâncias psicoativas

Desde maio de 2017, o CRESS-SP vem atuando intensamente nos desdobramentos das ações de repressão, violência e higienização social promovidas pela prefeitura de São Paulo e pelo governo estadual, no espaço público denominado 'Cracolândia', região situada no centro da capital paulista, que agrega um público diversificado, mas que tem como destaque, sobretudo na grande mídia, pessoas em situação de rua e que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas.

Foi baseando-se no avançado acúmulo de reflexão do Conjunto CFESS-CRESS que o Regional se posicionou socialmente e perante a categoria, pautando os preceitos éticos da profissão e as normativas da saúde pública, recomendando aos/as assistentes sociais que, caso convocados/as para a atuação, deveriam atuar na perspectiva da autonomia profissional, abordando os/as cidadãos/as para sensibilizá-los/as a aderir ao atendimento de saúde, de acordo com a demanda apresentada pelo sujeito e não de acordo com as determinações institucionais. No caso de tratamento ambulatorial para uso problemático de drogas, o CRESS-SP se posicionou para que fosse garantida a oferta nos preceitos do SUS e, de preferência, em CAPS-AD de referência para as singularidades apresentadas nas situações.

Isso significa que nenhuma ação coercitiva, arbitrária ou violenta deve ser realizada e/ou consentida por assistentes sociais junto aos/as cidadãos/as, inclusive nas abordagens para internação involuntária ou compulsória, independentemente de autorização judicial. A categoria foi orientada a denunciar, às autoridades competentes, qualquer ação de violação dos direitos humanos ou das normativas legais das políticas de saúde ou de assistência social que presenciar, de modo que qualquer omissão ou convivência poderá ser objeto de processo ético.

Desde o início das ações violentas de desocupação da área por parte do poder público, o CRESS-SP procurou articulação com os/as assistentes sociais que atuam na região. Além disso, participou de inúmeras reuniões promovidas junto à prefeitura de São Paulo, juntamente com outros conselhos profissionais da área de saúde, além de Ministério Público, Defensoria Pública, conselhos de direitos, sociedade civil organizada, na tentativa de problematizar a implementação do programa Redenção na capital. Em todos os espaços, o Regional se manteve contrário à proposta de desocupação do território e da intervenção violenta com os/as usuáries/os, por entender que tais ações contrariam o posicionamento da categoria de assistentes sociais no âmbito da saúde mental, da política de drogas e da liberdade como direito humano fundamental, pois colaboram com a legitimação conservadora da cultura manicomial no cotidiano, atrasando mais ainda o necessário debate público e sério sobre a questão.

O CRESS-SP tem realizado fiscalizações conjuntas e participado combativamente das devidas intervenções do sistema de justiça, diante do que se tem presenciado na estrutura de atendimento criada para os/as usuáries/os, principalmente no que se refere aos hospitais psiquiátricos, que foram reeditados justamente para atendimento emergencial do programa Redenção.

Nessas visitas, até o momento, foi possível observar que os hospitais têm localização distante da região de onde a população fora removida; os processos não parecem contar com a participação dos/as usuáries/os sobre seu projeto terapêutico individual; as relações de trabalho dos/as profissionais que atuam nesses hospitais são precárias, com quantidade ínfima de profissionais de várias áreas; a precariedade e/ou ausência de salas para atendi-

mento sigiloso das demandas, dentre outros aspectos.

Muito há que ser feito em termos de debates, fiscalizações, orientações, ações conjuntas com outras entidades de defesa de direitos e, também, no diálogo permanente com os/as assistentes sociais que atuam nessa região, para que, coletivamente, possam se fortalecer para as defesas éticas cotidianas.

Em maio de 2018, será lançada a terceira edição da Revista do CRESS-SP, intitulada Emancipa: O cotidiano em debate, que será toda dedicada à discussão acerca do tema Estado, Saúde Mental e Higienização Social, ampliando as possibilidades de reflexão de um tema tão importante para o exercício profissional nessa conjuntura marcada por retrocessos. A gestão do CRESS-SP convida a categoria a acompanhar, pelo site do Regional, as ações frente a essa demanda, que podem servir de estímulo de luta para outros lugares do país.



Confira o relatório das visitas conjuntas realizado por 14 entidades comprometidas com a defesa dos direitos humanos: cremosp.org.br//pdfs/web_relatorio.pdf



Conheça o CFESS Manifesta da série Conjuntura e Impacto no Trabalho profissional que aborda a temática: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-CfessManifesta-Cracolandia-SerieConjunturaeImpacto.pdf>

CineCRESS estreia com debate étnico-racial

Tema escolhido dialoga com campanha nacional de combate ao racismo, que será lançada ainda este ano pelo Conjunto

A gestão “Tempos de Resistir”, do CRESS-ES, inaugurou a primeira sessão do CineCRESS, um novo projeto coordenado pela comissão de comunicação, em articulação com as demais comissões temáticas do Conselho. A coordenadora da comissão, Emilly Tenorio, salientou a importância de se encontrarem formas criativas de diálogo com a categoria e, para além dela, dar visibilidade ao acúmulo que o Serviço Social possui frente às temáticas selecionadas. O assistente social Carlos Augusto Costa, membro dessa comissão, enfatizou a importância dessa linguagem como instrumento de reflexão sintonizado com os princípios que regem o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

O CineCRESS tem por objetivo utilizar o cinema como estratégia de divulgação das bandeiras de luta do Serviço Social e dialogar sobre temáticas relevantes para a sociedade. A temática de estreia foi em alusão ao Dia da Consciência Negra e também em virtude da deliberação referente à campanha do triênio 2017-2020 - Assistentes sociais no combate ao racismo - do Conjunto CFESS-CRESS. Foram exibidos, na noite de 28 de novembro de 2017, no Cine Metrôpolis, com entrada gratuita, quatro curtas-metragens, três deles dirigidos por mulheres negras: Tia Ciata, Casca de Baobá, Qual a cor de minha pele? e Caso J.

O debate foi conduzido pela coordenadora da comissão de ética e direitos humanos, Sabrina Moraes, tendo Arthur Coutinho (mestrando em política social), Suellen Cruz (mestranda em política social) e Meyrielle Carvalho (assistente Social do Cress de Vitória/ES) como debatedores/as. Participaram do evento assistentes sociais, estudantes e profissionais de outras áreas.

O projeto terá continuidade dentre as ações do CRESS-ES e pretende espalhar-se, em parceria com cinemas, cineclubes, coletivos de comunicação e movimentos sociais.

Nesse primeiro ano de gestão, diversas atividades foram organizadas, vinculadas à defesa dos direitos humanos, como as rodas de conversa: “Cracolândia”: o que o Serviço Social tem a ver com isso?; É pela vida das mulheres: o exercício profissional do Serviço Social no enfrentamento às violências e Mídia e Violação de Direitos, além da participação em atos e protestos consonantes com os posicionamentos do Conjunto CFESS-CRESS.



Arte: acervo CRESS-ES

Cofi do CRESS-ES lança novo termo de orientação > A comissão de orientação e fiscalização (Cofi) do CRESS-ES divulgou novo termo de orientação, a partir de demandas da categoria, com a finalidade de contribuir com o exercício profissional, tendo como tema requisições ou imposições institucionais que violam o Código de Ética Profissional. “Tais intervenções, muitas vezes de caráter repressivo, contra os direitos da população, discriminam formas de vida, modos de comportamento e criminalizam a pobreza e outras expressões da ‘questão social’”, explicita trecho do termo.

Em uma conjuntura demarcada pelo avanço do conservadorismo, violações e perda de direitos, essa publicação tem a intenção de demarcar posicionamentos que vão ao encontro do que defende o projeto profissional do Serviço Social frente às requisições institucionais in-

compatíveis com as defesas e normativas profissionais. “O reforço das práticas conservadoras ocorre em um contexto no qual a gestão do trabalho é marcada pela violência que perpassa as relações de trabalho dos/as profissionais e a operacionalização das políticas sociais”, sinaliza o documento.

Este é o quarto termo produzido e todos estão acessíveis no site do CRESS: www.cress-es.org.br. O Regional destaca ainda que, no mês de novembro de 2017, entrou no ar o novo site, com o objetivo de melhorar o acesso e a busca de conteúdo pelos/as usuários/as. Nele, há reservado o “Espaço Cofi”, em que se destacam as ações e normativas dessa comissão regimental. Assistentes sociais podem acessar também as redes sociais, como Youtube, Facebook, Instagram e Flickr, cujos endereços estão disponíveis no site do CRESS.

O genocídio da população negra

Arte: Carlos D/CRESS-RJ

CRESS-RJ propõe debate com a categoria sobre o extermínio físico de afrodescendentes e outras violências, como a taxa de desemprego, no analfabetismo, a intolerância a práticas culturais e religiosas

Há tempos o Movimento Negro denuncia o genocídio da população negra no Brasil. Nos últimos anos, essa pauta avançou significativamente, passando a figurar como bandeira de luta de diversos segmentos progressistas. Porém, por vezes, o tema é abordado de maneira superficial e sem apreender o conceito de genocídio de maneira ampla, para além do extermínio físico de afrodescendentes.

A violência perpetuada contra negras e negros não se expressa apenas no alto percentual de encarceramento e óbitos em conflitos policiais, mas numa gama de outras formas, como a violência obstétrica no sistema de saúde, a taxa de desemprego, o analfabetismo, a intolerância a práticas culturais e religiosas. Isso revela as tentativas de silenciamento e de apagamento de um legado milenar, que fazem parte da base da construção do país. E mesmo após o fim do modo de produção escravista, essas “mortes simbólicas” são reproduzidas e praticadas.

“Entrar em conceitos pragmáticos nos impede de discutir o que está acontecendo no Brasil. Ainda que não esteja, na letra fria da lei, uma política de governo, temos que discutir os processos históricos que levam, erroneamente, a pensarmos que não existe o genocídio da população negra no país. É um processo inteligente, porque o poder hegemônico cria subjetividades e conceitos sobre o mundo, que são reproduzidos sem uma análise mais consistente”, defende Monique Cruz, pesquisadora da ONG Justiça Global, do Rio de Janeiro, e assistente social.

A Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio da Organização das Nações Unidas (ONU) foi ratificada no Brasil em 1952. Este documento define genocídio como crime contra a humanidade, que visa a matar membros de um grupo nacional, étnico e religioso ou pertencente a determinada raça.

Após a assinatura da Lei Áurea, em 1888, a estrutura social desta população



não foi modificada. E logo em seguida, no início do século 19, as práticas eugênicas ganham terreno. As teorias raciais europeias foram absorvidas em dois sentidos: subsidiaram uma política de branqueamento, incentivando a vinda de imigrantes brancos; e influenciaram fortemente a intelectualidade nacional na elaboração das teses da “democracia racial” e da “mestiçagem”. Combinados, esses dois sentidos atualizaram o racismo estrutural que caracteriza o capitalismo no Brasil.

A partir desse momento, começou a ser construído todo um estratégia, no qual se organizou um ideário de que, por ser fruto de uma mistura de raças, o povo brasileiro seria inferior. Uma série de doenças físicas e mentais, a criminalidade e o atraso nacional foram relacionados à introdução do/a negro/a no país. Mesmo assim, hoje, 54% da população é negra.

“Politicamente, devemos reivindicar esse conceito de genocídio. Porque são muitos os processos de destruição. E estas formas subjetivas impossibilitam o necessário enfrentamento dessa realidade. Pois há um projeto genocida brasileiro, como nos aponta Abdias do Nascimento e Ana Luiza Flauzina. A questão é que, às vezes, ficamos na discussão conceitual, o que ofusca a abordagem do tema. É tentar encaixar um conceito à realidade”, provoca Monique Cruz.

Ela chama a atenção para esse conjunto de ideias e práticas que acabam imprimindo um caráter racista às políticas públicas. A maior parte da população atendida pelo Serviço Social é negra. Ou seja, desconsiderar todo esse sistema de formas, que configura um genocídio, é reproduzir o racismo no exercício profissional.

“A academia brasileira tem um papel fundamental nisso. Existem hoje diver-

sos mestres e doutores/as (negras e negros), mas são poucos/as ainda que estão na docência superior. Estamos formando, mas ainda não estamos assumindo o lugar de produção de saberes. Essa é mais uma forma de apagamento. Por exemplo, o Serviço Social é composto majoritariamente por mulheres, boa parte negras. Mas nossa graduação (corpo docente) não reflete sobre essa realidade”, destaca a assistente social.

Dentro do Serviço Social, é imperativo pensar a questão do genocídio da população negra de modo amplo, visto que ele está presente na invisibilidade da população negra, no extermínio físico, na reprodução do racismo institucional. E até mesmo nos atendimentos de assistentes sociais ou na formação acadêmica que não privilegia um estudo da formação social brasileira com ênfase no fato de sermos um país de origem escravocrata. É importante que a prática profissional da categoria contribua com o combate, de modo amplo, às diversas formas de genocídio. Nessa direção, em sintonia com o que está estabelecido nos princípios fundamentais da ética profissional, que nos convoca a nos empenhar na eliminação de todas as formas de preconceito, bem como incentivar o respeito à diversidade.



O Conjunto CFESS-CRESS aprovou em 2017, no 46º Encontro Nacional, a deliberação para realização da Campanha de Gestão com o eixo Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. A campanha será lançada ainda este ano!

CRESS-SC investe em mobilização e formação para fortalecer a categoria e a profissão

A gestão “Em Tempo de Luta, Defendendo Direitos (2017-2020)” foi empossada no dia 25 de outubro de 2017, após processo de eleição extraordinária em decorrência da falta de quórum mínimo na eleição ordinária em março do mesmo ano. Na perspectiva de fortalecimento do CRESS-SC e das lutas da categoria, a diretoria sabe que há um conjunto de dilemas contemporâneos que se apresentam à profissão, especialmente com o avanço do conservadorismo, legitimado por várias instituições que seguem o receituário de desregulamentação dos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas.

Essa realidade exige dos conselhos profissionais vigor político, mobilização e articulação com a categoria e os movimentos sociais. Neste próximo triênio, o CRESS estará mobilizado na defesa das políticas sociais e inserido organicamente nos espaços de mobilização coletiva em defesa dos direitos.

O Regional tem articulado, junto com outras entidades, o enfrentamento do processo de terceirização indicado pelo Tribu-

nal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), que propõe a contratação de assistentes sociais como peritos/as. Esse tipo de contratação, além de desrespeitar o concurso público vigente, possibilita o trabalho pontual e esporádico sem nenhum compromisso ético com os/as usuários/as, aprofunda a precarização do trabalho e fragiliza o acesso à Justiça. Por isso, neste ano, o CRESS prosseguirá articulando-se a outras entidades, posicionando-se contrário a essa proposta, lutando em defesa da profissão e dos interesses dos/as usuários/as.

Neste viés de intervenção política, o CRESS tem se articulado com a categoria e entidades sindicais na defesa do Serviço Social previdenciário, o qual tem sido atacado permanentemente no sentido de seu desmonte. Para tanto, o Regional vem organizando reuniões e eventos que pautem a importância histórica, social e política da profissão nesse espaço ocupacional e prosseguirá atenta e na luta constante para garantir as condições éticas e técnicas de trabalho dos/as profissionais.

Na perspectiva de fortalecer a categoria e as lutas que se colocam, o CRESS-SC tem investido na política de descentralização e interiorização com a criação dos Nucess. Dessa maneira, foram criados 12 Nucess nas mesorregiões do estado e, de acordo com o planejamento

construído coletivamente, o CRESS desenvolverá duas ações políticas em cada núcleo em 2018. No primeiro semestre, o Conselho discutirá sobre a temática do Conjunto CFESS-CRESS. Já no segundo semestre, a outra atividade abordará temas indicados pelos/as profissionais, conforme demanda local. Neste ano, o CRESS tem como objetivo a criação do Nucess da região extremo-oeste, viabilizando a cobertura completa do território catarinense.

Cumprindo com suas ações precípuas, o Regional, por meio da comissão de orientação e fiscalização (Cofi), vem realizando oficinas, com a finalidade de viabilizar a ampliação da reflexão sobre o exercício da atribuição privativa de supervisão direta de estágio em Serviço Social, na perspectiva do projeto ético-político da profissão. Foram realizadas seis oficinas em 2017, em parceria com os Nucess, com previsão para realização de mais seis neste ano, com a mesma temática, nos núcleos que não foram contemplados. Após a avaliação das referidas oficinas, no segundo semestre de 2018, a Cofi realizará outras, com uma nova temática, conforme demandas apresentadas ao Regional.

Destaca-se ainda a realização do curso Ética em Movimento em 2017, na região oeste, em Chapecó. Em 2018, o CRESS pretende realizar o curso nas seguintes regiões: Vale do Itajaí – Brusque, Grande Florianópolis – Florianópolis e Vale do Rio do Peixe – Caçador, assim propiciando a formação e reflexão crítica que, subsidiada no projeto ético-político da profissão, possam oferecer subsídios à ação profissional.



Foto: Cassiano Ferraz/CRESS-SC

Gestão tem como prioridades mobilização e articulação com a categoria

CRESS-PR

Paraná não reajusta anuidade 2018

Congelamento dos valores do tributo corresponde a proposta da gestão no estado

A gestão do CRESS-PR “Tempo de Resistir: Nenhum Direito a Menos (2017-2020)” congelou a anuidade, diante do cenário de precarização das condições de trabalho. A ação foi acompanhada de um conjunto de novas estratégias que fortalecem a categoria na relação com o CRESS, em defesa do trabalho, de condições éticas e técnicas e no enfrentamento da inadimplência. A proposta de congelamento do valor da anuidade de 2017 para 2018 foi apresentada e aprovada na assembleia geral realizada em outubro de 2017.

A novidade surgiu com base em uma proposta da gestão de construir parâmetros para a definição de anuidades que considerem a realidade da categoria. A gestão levou para o 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS proposta para revisão dos parâmetros com critérios mais equânimes, considerando a diversidade regional e salarial do país, porém não foi aprovada. Manteve-se o compromisso do congelamento assumido enquanto proposta de gestão com a categoria do Paraná.

Para viabilizar o congelamento da anuidade, também levou-se em consideração a revisão do setor financeiro do CRESS-PR, em andamento, para utilizar o orçamento da forma mais assertiva. Junto a esta revisão, existe a meta de reduzir significativamente a inadimplência, dos atuais 32% para 15%, o que permitirá continuar a pensar nos valores mais acessíveis para a anuidade. Para enfrentamento da inadimplência, o primeiro passo foi a realização de uma pesquisa para ouvir a categoria.

Pesquisa para enfrentar a inadimplência

> Um levantamento inédito foi realizado pela atual gestão do CRESS-PR, proporcionando traçar perfil do/a assistente social no estado, revelando renda média, vínculo empregatício, conhecimento de legislação profissional, participação política, situação de pagamento da anuidade, entre outros aspectos. A gestão realizou, via formulário online, a pesquisa Perfil Profissional do/a Assistente Social do Paraná.

CRESS-RS consolida Núcleo de Serviço Social, Formação e Residências em Saúde

O debate acerca da inserção do Serviço Social nas residências multiprofissionais em saúde vem ganhando força no Rio Grande do Sul. Desde o ano de 2011, o CRESS-RS promoveu três encontros estaduais sobre o tema, que se tornou pauta constante em seu grupo de trabalho sobre saúde e em sua comissão de formação e trabalho profissional. Nesse processo, também firmou parceria com o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que está engajado na investigação e produção sobre a formação em saúde. A trajetória de discussões deu origem ao Núcleo de Serviço Social, Formação e Residências em Saúde (NFRS), conforme deliberação da plenária do encontro preparatório para o Seminário Nacional sobre Residência em Saúde e Serviço Social, realizado em 2016, na cidade de Porto Alegre.

A iniciativa surgiu da necessidade de espaços de articulação política e acúmulo teórico sobre a formação em serviço, das/os assistentes sociais no setor saúde. Especialmente no atual cenário de privatização e de ataques ao Sistema Único de Saúde (SUS), que impacta diretamente nos processos de trabalho, muitas vezes com nuances de exploração e precarização da atuação das/os residentes. A complexidade da questão fez com que o NFRS assumisse uma composição colegiada. Agrega o conselho, docentes da UFRGS e representações de programas de residência de todo o estado, com presença de seus diferentes segmentos: residentes, preceptores/es e tutores/as.

A construção coletiva foi se consolidando gradativamente nas últimas gestões do

CRESS-RS e tomou corpo na atual gestão, Classe Trabalhadora em Luta: Unidade e Resistência! (2017-2020), que se propõe a potencializar as lutas em torno desta pauta. “É uma prioridade para nós. Apostamos no núcleo como importante ambiente de fortalecimento da categoria e de seus princípios diante da realidade enfrentada nas residências”, ressaltou Jéssica Ferreira de Lima, conselheira do CRESS-RS e residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Uma novidade é a vinculação do NFRS ao projeto de extensão intitulado Formação e Trabalho Profissional de assistentes sociais nas Residências Multiprofissionais em Saúde no Rio Grande do Sul, coordenado pelas professoras Thaisa Teixeira Closs e Vanessa Maria Panozzo Brandão, do Departamento de Serviço Social da UFRGS. Closs destaca as motivações da parceria: “O corpo docente de Serviço Social tem o compromisso de interagir com as entidades representativas da profissão e com a realidade do exercício profissional. Queremos contribuir com os debates da categoria e no desenvolvimento de ações políticas e de educação permanente. É papel da universidade pública defender o SUS e qualificar a formação em saúde”.

Publicação a caminho > Em breve, as discussões do NFRS poderão ser conferidas em uma publicação que trará o panorama atualizado da inserção das/os assistentes sociais nas residências multiprofissionais em saúde no estado; relatos de experiência dos diferentes programas e os resultados de uma pesquisa sobre as tendências para o Serviço Social na formação e no trabalho em saúde. A pesquisa é parte do projeto de extensão anteriormente citado e, por isso, leva o mesmo nome.

A coleta de dados efetuou-se em novembro de 2017, aproveitando a realização do 3º Encontro Gaúcho de Serviço Social e Residências em Saúde, ocorrido na capital gaúcha. Na ocasião, foram realizados grupos focais organizados a partir das ênfases existentes nas residências locais. As quais: Atenção Básica, Saúde Mental e Hospitalares.

Atualmente, os membros do NFRS estão em fase de sistematização dos dados coletados. O lançamento do livro está previsto para o mês de junho de 2018.



Entre os dados revelados, ficou apontado que a renda média do/a assistente social no Paraná é de 3 a 5 salários mínimos, sendo que 71,8% recebe até 5 salários mínimos. O levantamento confirmou também algo que se replica em todos os estados: a principal empregadora é a gestão pública municipal (41,69%). Em relação ao não pagamento da anuidade, 44,02% dos/as que se declararam inadimplentes indicaram o comprometimento da renda como um dos principais motivos. Houve o espaço aberto também para sugestões da categoria sobre pagamento da anuidade.

A pesquisa foi realizada sob a coordenação da comissão administrativo-financeira e o Grupo de Trabalho de Anuidade e Enfrentamento à Inadimplência do CRESS, também responsáveis pela emissão de um relatório descritivo, que se encontra disponível para download no site www.cresspr.org.br.

O estudo do perfil dos/as assistentes sociais do Paraná é parte da proposta de

gestão, que pretende realizar outras pesquisas complementares a esta, com a finalidade de ampliar e fortalecer os espaços democráticos de participação da categoria no planejamento das ações políticas e administrativo-financeiras.

Modalidade online para pagamento parcelado

> Outra novidade já colocada em prática para permitir a redução da inadimplência e a consequente revisão de valores da anuidade é o aprimoramento do processo de pagamento, com a aquisição de uma plataforma online para a emissão do boleto na modalidade parcelada, atendendo ao objetivo de facilitar o pagamento da anuidade.

Com as mudanças, a atual gestão espera que os/as assistentes sociais tenham maior facilidade de acesso ao boleto

de pagamento, com celeridade e economicidade no processo, redução da inadimplência, manutenção do congelamento do valor da anuidade e a sustentabilidade financeira do CRESS, para a defesa da profissão e dos direitos da classe trabalhadora no Paraná.

Foto: Acervo CRESS-PR



Assembleia com participação efetiva da base contribuiu para decisão



agende-se

- O calendário, locais e as temáticas dos eventos nacionais são definidos, em sua maioria, no Encontro Nacional CFESS-CRESS, maior espaço deliberativo da categoria.
- Acompanhe no site do CFESS as novidades sobre cada evento, inclusive as informações sobre a data de inscrição, local de realização, programação etc.
- Alguns eventos poderão ser transmitidos ao vivo pela internet, para ampliar o acesso da categoria.
- No site você encontra também o Calendário de Atividades, que traz a agenda anual da entidade, com os eventos, reuniões e outras programações. Visite: www.cfess.org.br



29 e 30 de maio de 2018

Seminário Nacional: O Trabalho do/a Assistente Social na Política sobre Drogas e Saúde Mental

Local: Brasília (DF) | **Inscrições gratuitas** | Vagas limitadas

Em um cenário em que graves retrocessos na política de saúde mental são propostos pelo governo, contrários à reforma psiquiátrica, o evento é um convite a categoria a debater as várias questões que perpassam a temática e defender o Sistema Único de Saúde (SUS) estatal, público e de qualidade.



4 a 7 de julho de 2018

Conferência Mundial de Serviço Social (realizado pela Fits)

Local: Dublin (Irlanda)

O tema central é Sustentabilidade Ambiental e Comunitária: Soluções Humanas nas Sociedades em Evolução. São esperadas mais de 2 mil pessoas de diversos países. Há espaço para apresentação de trabalhos. Seguindo os anos anteriores, abordará as pautas ligadas ao desenvolvimento sustentável. Saiba mais em <https://www.swsd2018.org/>



1 e 2 de agosto de 2018

2º Seminário Nacional O Trabalho da/o assistente social na política de assistência social

Local: Fortaleza (CE) | **Inscrições gratuitas** | Vagas limitadas

Em 2009, no Rio de Janeiro (RJ), a primeira edição do evento levou mais de mil participantes a debaterem a temática. Agora, quase uma década depois, com a política de assistência social sendo quase aniquilada pelo atual governo, é preciso que a categoria se organize para defendê-la e efetivá-la.



24 e 25 de agosto de 2018

Seminário de Capacitação das Comissões Permanentes de Ética (somente para os CRESS)

Local: Brasília (DF)

Visa capacitar integrantes das comissões permanentes de ética dos CRESS, que analisam e julgam os processos éticos que chegam aos regionais.



6 de setembro de 2018

5º Seminário Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS (somente para os CRESS)

Local: Porto Alegre (RS)

Três anos após a realização do último encontro sobre a temática e da aprovação da 3ª edição da Política de Comunicação, o Conjunto CFESS-CRESS vem mais uma vez abordar a comunicação, desta vez com o foco na acessibilidade. O evento é aberto para as comissões de comunicação dos CRESS. Procure o regional mais próximo e saiba como participar!



6 a 9 de setembro de 2018

47º Encontro Nacional CFESS-CRESS (para delegados/as eleitos/as em assembleias dos CRESS)

Local: Porto Alegre (RS)

O Encontro Nacional é o maior espaço deliberativo da categoria. Nele, o Conjunto CFESS-CRESS, junto com assistentes sociais da base, definem as ações prioritárias para o triênio das gestões. Nessa edição o Conjunto vai monitorar as deliberações aprovadas na edição 46. Procure o regional mais próximo e veja como participar.



22 e 23 de novembro de 2018

Seminário Nacional O Trabalho do/a Assistente Social na Política de Assistência Estudantil

Local: Cuiabá (MT) | **Inscrições gratuitas** | Vagas limitadas

Garantir o acesso e a permanência de estudantes em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). Esse é um dos focos do trabalho de assistentes sociais nessa área. O evento vai abordar temáticas como moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde etc. na perspectiva de ampliar o acesso a um maior número de estudantes.



2 a 7 de dezembro de 2018

16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess)

Local: Vitória (ES) | **Realização:** Abepss

Info: www.enpess.com.br

13 a 17 de novembro de 2019

16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)

Local: a definir | **Realização:** CFESS, CRESS, Abepss e Enesso

Info: www.cfess.org.br